

ARQUITETURA E
URBANISMO
EM JUIZ
DE
FORA

BANCOS, CLUBES, MUSEUS E UNIVERSIDADES
Volume 2

ORGANIZADORES

Frederico Braidá

Antonio Colchete Filho

Klaus Chaves Alberto

José Gustavo Francis Abdalla

© Editora UFJF, 2019

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es), são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

REITOR

MARCUS VINICIUS DAVID

VICE-REITORA

GIRLENE ALVES DA SILVA



DIRETOR DA EDITORA UFJF

JORGE CARLOS FELZ FERREIRA

CONSELHO EDITORIAL

JORGE CARLOS FELZ FERREIRA (PRESIDENTE)

CHARLENE MARTINS MIOTTI

ELSON MAGALHÃES TOLEDO

EMERSON JOSÉ SENA DA SILVEIRA

JAIR ADRIANO KOPKE DE AGUIAR

MARIA LÚCIA DURIGUETTO

RAFAEL ALVES BONFIM DE QUEIROZ

RODRIGO ALVES DIAS

TAÍS DE SOUZA BARBOSA

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

ALEXANDRE AMINO MAULER

REVISÃO

EQUIPE DE REVISÃO - EDITORA UFJF

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

Arquitetura e urbanismo em Juiz de Fora [recurso eletrônico]:
bancos, clubes, museus e universidades / Frederico Braidão...
[et al.] organizadores. – Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019.
Dados eletrônicos (1 arquivo: 3,9Mb)

ISBN 978-85-93128-39-4

1. Arquitetura - História - Juiz de Fora (MG). 2. Hotéis - Juiz de Fora (MG). 3. Clubes - Juiz de Fora (MG). 3. Museus - Juiz de Fora (MG). 4. Universidades - Juiz de Fora (MG). 5. Bancos - Juiz de Fora (MG). I. Braidão, Frederico. II. Título.

CDU: 72(815.12)JUIZ DE FORA)

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto n. 6.583 de 29 de setembro de 2008.



EDITORA UFJF

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790

CENTRO - JUIZ DE FORA - MG - CEP 36015-400

FONE/FAX: (32) 3229-7646 / (32) 3229-7645

editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br

www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



*Para todos aqueles que procuram fazer da cidade
de Juiz de Fora um lugar melhor para viver
a experiência urbana cotidiana.*

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os professores e alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (FAU/UFJF), em especial, aos integrantes do Núcleo de Pesquisa Ágora, pelo estímulo à pesquisa.

Aos colegas de diversas instituições universitárias e de pesquisa com quem mantemos parceria ao longo de muito tempo, tanto no Brasil, como no exterior.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído (PROAC/UFJF), pela possibilidade de ampliar os estudos sobre a cidade de Juiz de Fora.

Às agências de fomento brasileiras que apoiam e estimulam a produção científica e intelectual: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
Maria Manuela da Fonte	

ARQUITETURA E URBANISMO EM JUIZ DE FORA – MAIS ALGUNS TEMAS PARA REFLEXÃO: UMA INTRODUÇÃO	9
Frederico Braida; Antonio Colchete Filho; Klaus Chaves Alberto; José Gustavo Francis Abdalla	

TEATRALIDADE DA ARQUITETURA BANCÁRIA EM JUIZ DE FORA: ARQUITETURA, PLANOS E PAISAGEM	13
José Gustavo Francis Abdalla; Juliana Simili de Oliveira	

1 INTRODUÇÃO	13
2 AGÊNCIAS BANCÁRIAS	15
3 AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM JUIZ DE FORA	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

ARQUITETURAS PARA O LAZER: OS CLUBES EM JUIZ DE FORA	34
Antonio Colchete Filho; Mariane Garcia Unanue; Christiane Merhy Gatto	

1 INTRODUÇÃO	34
2 O CLUBE COMO ESPAÇO DE LAZER	36
3 JUIZ DE FORA E SEUS CLUBES	37
3.1 ANOS 1915-1920: SPORT CLUB	38
3.2 ANOS 1950: CLUBE BOM PASTOR	40
3.3 ANOS 1960: CLUBE DO PAPO	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

SUMÁRIO

MUSEUS EM JUIZ DE FORA: ARQUITETURAS DA MEMÓRIA _____ 48

Frederico Braida; Guilherme Ragone

1 INTRODUÇÃO _____	48
2 OS MUSEUS NO MUNDO _____	50
3 OS MUSEUS NO BRASIL _____	51
4 OS MUSEUS EM JUIZ DE FORA _____	53
4.1 O PIONEIRISMO DE MARIANO PROCÓPIO _____	54
4.2 O MODERNISMO DE MURILO MENDES _____	55
4.3 O MEMORIAL DEDICADO À REPÚBLICA _____	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	57
REFERÊNCIAS _____	59

A ESPACIALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM JUIZ DE FORA _____ 62

Klaus Chaves Alberto; Mara Medina Bastos; Thaísa Barboza de Souza; Ana Clara Carvalho Tourinho

1 INTRODUÇÃO _____	62
2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO SUPERIOR EM JUIZ DE FORA _____	63
2.1 AS ORIGENS DO ENSINO SUPERIOR NO GRANBERY E NA ACADEMIA DE COMÉRCIO – 1890 A 1913/1914 _____	63
2.2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DESVINCULADAS DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS – 1913 A 1930 _____	64
3 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM JUIZ DE FORA – 1931 A 1960 _____	64
4 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM JUIZ DE FORA – 1961 A 2000 _____	66
5 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM JUIZ DE FORA – 2001 A 2017 _____	67
6 <i>CAMPUS</i> UNIVERSITÁRIO – UM CONCEITO MUTANTE _____	69
6.1 ÁREAS E DISTÂNCIA DO CENTRO _____	70
6.2 IMPLANTAÇÃO _____	71
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	73
REFERÊNCIAS _____	74

SOBRE OS AUTORES _____ 76

PREFÁCIO

MARIA MANUELA DA FONTE

Não conheço Juiz de Fora, com muita pena minha.

Conheço rudimentarmente o Brasil, resultante de uma dúzia de viagens, algumas de trabalho, desde 1987 até 1997, e com um interregno de 20 anos até um ano atrás, quando o reencontro veio lembrar o quão rico, extenso, diverso, multicultural e preñado de esperança é o Brasil, terra que teimo considerar um pouco minha também.

Com este intróito pareço querer libertar-me duma responsabilidade maior, mas não; assumo o lugar de tantos outros leitores, que poderão também não conhecer Juiz de Fora, e que a partir deste livro passarão, seguramente, a ter um conhecimento específico da cidade e das suas tipologias arquitetônicas.

Confesso que é com imensa satisfação pessoal que faço a apresentação deste livro – Arquitetura e Urbanismo em Juiz de Fora: bancos, clubes, museus e universidades –, fundamentalmente por dois motivos:

Em primeiro lugar por ser o livro que é, específico, que não pretende ser mais do que é, mas se supera; que a partir de uma leitura analítica de natureza tipológica aborda “aspectos do ambiente construído de Juiz de Fora, não para se constituir um relato literário de um lugar, mas como forma de avançar na compreensão do espaço urbano por meio da Arquitetura e do Urbanismo” (p. 9).

Esse propósito é amplamente alcançado porque o livro assenta em quatro pilares da vida de uma sociedade urbanita: a finança, o lazer, a cultura e o ensino. Os autores, por meio de uma linguagem clara e acessível, sem perder o rigor científico que uma publicação desta natureza impõe, mostram e demonstram as particularidades do universo construído de Juiz de Fora. E não é apenas o texto que nos oferece essa leitura que, muito embora sendo escrito por vários autores em cada um dos temas, mantém uma coerência no discurso e nas metodologias adotadas; mas também o recurso, naturalmente, à expressão gráfica, através do desenho e fotografia, oferecendo leituras cruzadas do mesmo objeto.

É, portanto, um livro para todos, no sentido mais democrático da palavra, porque é honesto, sensível e correto; um livro que condensa e oferece olhares vários – que se pode ler de seguida porque apetece, consultar detalhada e minuciosamente; ler partes, sempre completas; ler sobre os atores; ver os desenhos; ver as fotografias; respirar a cor; elaborar, sonhar em conhecer.

Em segundo lugar, pelas pessoas dos seus autores, pela amizade e partilha. Organizado por colegas com um percurso profissional longo na academia, veiculado pela experiência de investigação e de docência na UFJF, abraçaram este projeto de divulgação científica, o qual dá continuidade ao

que fora já desenvolvido em volume anterior, sobre habitação, comércio, saúde e educação. O fio condutor entre ambos os volumes assenta na leitura do tipo arquitetónico como recurso ao reconhecimento do universo construído juiz-forano, através duma equipa que investigou e trouxe à luz o conhecimento específico, que nos faz perceber o passado da cidade, o contexto internacional e o presente; uma equipa que esmiuçou a história e a vida da cidade a partir dos bancos, dos clubes, dos museus e dos espaços do ensino superior.

Posto isso, deixo uma nota pessoal de homenagem ao trabalho desenvolvido, esperando que os leitores tenham, pelo menos, tanto gosto em o ler e apre(e)nder quanto o que eu tive, bem como o prazer que os autores, indubitavelmente, tiveram em fazê-lo. Os meus parabéns pela contribuição que, com este livro, darão ao engrandecimento do conhecimento urbano e arquitetónico através dessa leitura singular.

Lisboa, 23 de outubro de 2018.

Maria Manuela da Fonte

Arquiteta (UTL, Portugal). Doutora em Planeamento Urbanístico (UTL, Portugal). Professora Auxiliar no Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. É autora do livro: “Urbanismo e Arquitectura em Angola - de Norton de Matos à Revolução”. Lisboa: Caleidoscópio; Faculdade de Arquitectura UTL, 2012.

ARQUITETURA E URBANISMO EM JUIZ DE FORA – MAIS ALGUNS TEMAS PARA REFLEXÃO: UMA INTRODUÇÃO

FREDERICO BRAIDA
ANTONIO COLCHETE FILHO
KLAUS CHAVES ALBERTO
JOSÉ GUSTAVO FRANCIS ABDALLA

A proposta deste livro é trazer mais alguns resultados de estudos do Núcleo de Pesquisa Ágora (vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU e ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído da Universidade Federal de Juiz de Fora – PROAC/UFJF) sobre a cidade de Juiz de Fora, dando continuidade ao trabalho que foi desenvolvido no volume 1, do livro de título homônimo “Arquitetura e Urbanismo em Juiz de Fora” (ALBERTO *et al.*, 2016). Naquela ocasião, quando o referido livro foi finalizado, após a seleção prévia pela lei municipal de incentivo à cultura, a Lei Murilo Mendes, da Prefeitura de Juiz de Fora, escolhemos apresentar quatro temas: habitação, comércio, saúde e educação. Para nossa grata surpresa, o livro foi bem acolhido pelo público, adotado em algumas escolas e faculdades e já tem sua edição praticamente esgotada.

Este volume, agora, consiste na continuidade de pesquisa sobre as tipologias arquitetônicas em Juiz de Fora, com o intuito de contribuir para a historiografia arquitetônica e urbanística da cidade, ampliando seu acervo sobre a memória e a cultura na vida contemporânea, pois o viver na cidade se tornou um fato nas últimas décadas, não só no Brasil, mas no mundo como um todo. A outrora dicotomia entre campo e cidade perdeu contornos de polaridades pela preponderância da vida urbana.

Entretanto, viver na cidade não significa viver da mesma forma, como se há de supor. Se antes, campo e cidade eram paradigmas mais seguros para generalizações, hoje, pensar a abrangência do termo cidade inclui pensar em identidade, aspecto que sempre se constitui como síntese mais forte de qualquer lugar. A literatura está cheia de exemplos clássicos de autores consagrados na arte de pormenorizar cidades e, conseqüentemente, modos de vida reais e imaginários, como Ítalo Calvino, Charles Baudelaire, João do Rio e, em Juiz de Fora, Murilo Mendes e Pedro Nava, entre outros.

Nesta nova edição damos continuidade abordando aspectos do ambiente construído de Juiz de Fora, não para se constituir um relato literário de um lugar, mas como forma de avançar

na compreensão do espaço urbano por meio da Arquitetura e do Urbanismo. Ou seja, destacar determinadas tipologias arquitetônicas como um conjunto de construções de mesmo tema ou uso que, ao se inserirem na cidade, ajudam a contar mais sobre as múltiplas relações da sociedade com seu espaço. A cidade vai aos poucos sendo construída e constantemente reconstruída para abrigar desejos, anseios, necessidades e urgências de uma população. Bem como, não podemos nos esquecer, da cidade que se destrói ou não se constrói, do que dá certo e dá errado nesses resultados, logo, da evidência das decisões e indecisões que fazem parte da dinâmica complexa da cidade nas suas esferas pública e política.

Do ponto de vista conceitual, cabe repassar alguns marcos teóricos que adotamos desde o primeiro volume e que cabe uma nota explicativa aqui. A palavra “tipo” remete às pesquisas empreendidas nos séculos XVIII e XIX, quando se procurava modelos para projetos julgados como ideais, passíveis de reprodução. Diversos autores buscaram categorias e formas de agrupar prédios em função de sua planta, estilo, procurando uma analogia formal e funcional, como sugere Argan (2004, p. 66-67). Entretanto, partimos de um entendimento de tipo ancorado na sua relação de uso do edifício, pela possibilidade de articulação entre os desígnios do edifício e sua inserção no espaço da cidade, suas demandas e condições dinâmicas, que asseguram a uma determinada construção a possibilidade de comunicação com outras construções da cidade, do mesmo tipo ou não. Concordamos com Rossi (2001, p. 25) quando este argumenta: “penso o conceito de tipo como algo permanente e complexo, um enunciado lógico que está antes da forma e a constitui”.

Cabe destacar, então, que nos referimos ao conceito de tipo para nomear as diferentes construções que têm o mesmo uso ou fim, e que são integrantes do espaço urbano: residências unifamiliares (casas), multifamiliares (edifícios de apartamentos), clubes, hospitais, dentre outros, presentes em diferentes dimensões ou escalas do espaço urbano (LAMAS, 2000, p. 79). Referimo-nos simplificada e genericamente a tipo como elementos-tipo, pois “o objeto urbano não é abstrato, universal, ideal típico, mas concreto, localizado e específico” (MERLIN; CHOAY, 1988, p. 36) e ajuda a reiterar a aplicabilidade deste estudo, já que “a análise tipológica pode ser aplicada a conjuntos de objetos muito diferentes em uma mesma cidade”, como afirma Panerai (2006, p. 127).

No nosso caso, objetos nem tão diferentes assim, pois as diferentes tipologias destacadas configuram uma malha analítica para destacar a pertinência da arquitetura como lugares significativos da vida urbana. Portanto, quais são os exemplos tipológicos que Juiz de Fora possui e hoje, contemporaneamente, veicula? Com o progressivo interesse sobre os espaços públicos como lugar da expressão cultural atual, onde estão as intervenções na cidade? Há espaço para elas na área central? E na periferia da cidade? Como é feito o investimento nesse setor, que se estende desde o tombamento de algumas obras até a autorização extraordinária que aprova projetos *ex tempore*?

Este livro certamente não responde a todas essas complexas questões, mas procura reconstruir através do estudo de exemplos-chave, uma breve história dos projetos sobre o ambiente construído juiz-forano, de forma acessível ao grande público, que necessariamente não tem o conhecimento técnico, mas se interessa pelos estudos urbanos. Logo, é importante destacar que

Juiz de Fora tem um rico universo a ser explorado, que perpassa desde as construções tombadas e construções simples até as inúmeras novas construções, feitas de acordo com as exigências e contingências contemporâneas.

Assim, neste livro, selecionamos quatro temas e tipologias importantes para a formação do ambiente construído em Juiz de Fora. No primeiro estudo, aborda-se a construção de bancos na cidade, desde seus primeiros exemplos de implantação até hoje, quando Juiz de Fora se configura como um polo financeiro de toda a região da Zona da Mata mineira.

O segundo estudo versa sobre a inserção de clubes. Voltados para o lazer, os clubes recreativos representam a ideia de sociabilidade e cultura em cada tempo da cidade. Os exemplos estudados trazem também soluções arquitetônicas específicas, que indicam a pertinência do programa de projeto escolhido e as condições sociais e culturais vigentes.

O terceiro estudo aborda a construção de museus na cidade, partindo da premissa que os acervos foram importantes como motivação para construção de edificações que hoje fazem parte da história da cidade e do país. Os museus são hoje também uma tipologia bastante explorada como arquitetura de sucesso para as cidades no competitivo cenário globalizado. Em Juiz de Fora, nossos marcos construtivos antecipam pioneiramente parte dessa história.

O quarto e último estudo apresenta a espacialização da educação superior na cidade (universidades e faculdades), que deram forma a regiões e estimularam a ocupação de bairros e da própria área central. Alguns exemplos são fundamentais, pois expressam a vinculação dos pressupostos educacionais nacionais, evidenciados não só nos conteúdos pedagógicos, mas também no pensamento sobre o espaço escolar.

Por fim, é importante reiterarmos que a articulação pretendida com os diversos textos aqui reunidos não se configura como uma história encadeada, que deve ser lida em uma sequência, que ateste um princípio, meio e fim. A cidade, mesmo com destaque para sua dimensão física, sempre escapa a qualquer controle. Procuramos apontar, através da utilização de metodologias que abordam o espaço urbano nas suas condições históricas e culturais, a evidência da Arquitetura e do Urbanismo como importantes sinalizadores das relações e estratégias econômicas e sociais que balizam a nossa experiência de vida nas cidades. Neste livro, destaca-se Juiz de Fora, uma cidade que foi condicionada pela pré-existência de sítio acidentado e por sua localização estratégica como entreposto comercial. Assim, pela força de seus primeiros moradores, Juiz de Fora alcançou *status* nacional de cidade moderna no início do século XX e hoje é considerada uma das cidades com melhores condições de vida.

O guia de assuntos, acima sintetizados, leva em conta a análise de várias publicações sobre o tema, mas procura simplificar a abordagem para que se enfatize a natureza dinâmica dos processos de mudança a que estão sujeitas as tipologias espaciais estudadas e suas especificidades.

Dessa forma, espera-se, com esta publicação, poder contribuir mais uma vez para que se tenha uma introdução a temas afeitos à Arquitetura e ao Urbanismo, a partir da história e experiência local. O patrimônio edificado, os usos e estratégias das construções, certamente ampliam a nossa

noção de ambiente construído. Aliás, este binômio “ambiente construído” nomeia a Pós-graduação que abriga muitas pesquisas e pesquisadores que têm Juiz de Fora como mote e tema de estudos, de onde parte destes textos é origem e resultado.

Espera-se que este livro seja um multiplicador dos resultados das pesquisas realizadas e que contribua para a divulgação dos conhecimentos sobre a arquitetura e urbanismo em Juiz de Fora, uma vez que os conhecimentos gerados dentro das universidades devem ser divulgados para a sociedade em geral, ampliando a difusão, distribuição e democratização do acesso ao conhecimento científico, artístico e cultural. Por meio da história da cidade e da singularidade de cada estudo de caso, busca-se tornar mais visível e compreensível o ambiente construído, produto indissociável da riqueza existencial humana e da experiência técnica no campo da arquitetura e do urbanismo.

REFERÊNCIAS

ALBERTO; Klaus; COLCHETE FILHO, Antonio; BRAIDA, Frederico; ABDALLA, José (Orgs.). *Arquitetura e urbanismo em Juiz de Fora: habitação, comércio, saúde e educação*. Juiz de Fora: Funalfa: Ed. UFJF, 2016.

LAMAS, José M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: FCG/FCT, 2000.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. Paris: PressesUniversitaires de France, 1988.

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

TEATRALIDADE DA ARQUITETURA BANCÁRIA EM JUIZ DE FORA: ARQUITETURA, PLANOS E PAISAGEM

JOSÉ GUSTAVO FRANCIS ABDALLA
JULIANA SIMILI DE OLIVEIRA

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio trata da percepção de uma tipologia de edificações, especificamente aquela que serve ao uso do sistema financeiro e são, no escopo deste trabalho, as agências bancárias que estão fisicamente localizadas na região central da cidade. Se, por um lado, elas são vistas como elementos físico-materiais significativos como edificações, ou seja, por suas arquiteturas, por outro lado, urbanisticamente tratando, elas são elementos que agregam à cidade mais uma oferta de mundos simbólicos. Neste segundo aspecto, trata-se do lugar e da centralidade em Juiz de Fora. Entende-se a centralidade tal qual Sposito (2013) a trabalha e, assim sendo, ela é na cidade em curso o lugar que congrega uma superposição espacial entre a dinâmica de acesso e de uso e o centro territorial (espaço físico-geográfico), mantendo ainda uma perspectiva de se ter centro-periferia tradicional, isto é, “do acontecer efetivo e simbólico do que é central” (SPOSITO, 2013, p. 85).

Ver-se-á que as instituições financeiras fazem parte de um sistema no qual a sociedade e a economia possuem suas formas material, social e cultural inter-relacionadas. Com cuidado, aproximação e recorte, retira-se como premissa de trabalho para o texto, que uma edificação de agência bancária é parte do capital social da empresa mais do que é construção física:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, em regra, está submersa nas suas relações sociais. Ele não age para salvaguardar o seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age para salvaguardar a sua situação social, as suas exigências sociais, o seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais [apenas] na medida em que servem os seus propósitos [sociais]. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo deste processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade

de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não econômicas (POLANYI, 2000, p. 65 *apud* MACHADO, 2010, p. 75).

Assim, tais imóveis podem também nos revelar aspectos sobre o caráter do lugar, por exemplo, como espaços cenográficos que preenchem na cidade as condições de desenvolvimento de vivências urbanas.

A massa exterior de um objeto arquitetônico define-se por comprimento, largura e altura. Envolve o espaço e relaciona-se com a estrutura interna desse espaço, dando-lhe um conteúdo de vida, sendo ao mesmo tempo a expressão dos elementos parietais e a cenografia dos vazios (CONSIGLIERI, 1999, p. 14).

Dessa forma, ali ocorre um diálogo das tipologias arquitetônicas com o lugar de sua inserção na cidade. A cenografia urbana, nesse caso, é vista mimeticamente tal qual o cenário leva à imersão do sujeito em um contexto ilusório para que uma peça seja melhor percebida:

O palco é o espaço da ação dos atores, e a cenografia é a arte de organizar plasticamente esse espaço e de dominar seus aspectos em todos os tipos de representação: dramática, lírica ou coreografada [...] Partindo da cena, a cenografia se envolve com o edifício teatral, com a cidade e, muitas vezes, ganha interesse no espaço público. Como em suas origens [...] nasceram de uma festa ao ar livre, de uma comemoração em um espaço de trabalho, cotidiano, transformado pela inspiração e disposição de um autor e de um cenógrafo espontâneo (NERO, 2009, p. 69; 89).

Dada a morfologia urbana do Centro por suas estruturas e configurações mínimas (ruas e arquiteturas), diferentes cenários surgem, como edificações-galerias, magazines, entre outros. Nessa condição, defende-se no ensaio que as agências bancárias podem ser lidas pela expressão de suas arquiteturas e pela linguagem comparada em relação à tradição do lugar central.

No âmbito do conjunto das edificações, em uma perspectiva universal de observação, ressalta-se, interpretando Olins (1989, p. 56-67) ao tratar desta tipologia para a identidade corporativa, que as arquiteturas bancárias trazem em sua concepção um caráter complexo de relações em que se destacam: segurança, força e distinção. O diálogo com a cidade, no aspecto físico-arquitetônico (desenho) ou no aspecto social (facilidade de negócios e segurança), aparece com valores implícitos e explícitos para o conceito do projeto. A diferença de tais concepções incorporadas às arquiteturas é aqui indicada como elemento de leitura destas arquiteturas (edificações) e da percepção do espaço projetado para o ambiente urbano (cidade). Em uma metáfora à vida, no contexto social e cultural, uma instituição financeira, por meio da imagem de sua edificação, fortalece sua identidade em relação ao cotidiano do outro, reconhecendo um valor cultural e social a ser respeitado para o negócio e expondo-se por meio de sua arquitetura junto ao ambiente construído.

O principal objetivo aqui é a investigação das características construtivas e formais externas das agências bancárias, as quais foram observadas por meio de uma linguagem não verbal arquitetônica-urbana, destacando os diversos componentes destas edificações na relação espacial entre público e privado e nas divisões entre interior e exterior das edificações. Quanto às construções, destacam-se a localização urbana, suas volumetrias e fachadas.

Procura-se mostrar a correlação indissociável cidade-edifício e vice-versa. Em outros termos, a cidade é também o lugar da arquitetura e, com isso, da expressão e da representação dela. Pretende-se demonstrar como os agentes financeiros fazem uso dessa condição em fruto e benefício do seu negócio e de como essas empresas utilizam, com lucidez, a arquitetura para se comunicarem com o público da cidade e transmitirem valores que fazem parte da estratégia de seus negócios. Como dito, questões formais são minimizadas na abordagem, pois não se trata de um estudo dessa natureza, sendo estabelecidos inicialmente dois aspectos de investigação. Um deles, mais objetivo, será por meio de escolha do endereço para a presença das agências bancárias na cidade. O outro aspecto, mais subjetivo, será tratado com a noção de pertencimento sociocultural, no qual vai se trabalhar a linguagem visual destes edifícios e sua intencionalidade comunicativa com a cidade.

2 AGÊNCIAS BANCÁRIAS

A evolução para o que entendemos ser o serviço financeiro contemporâneo tem, sucintamente, quatro passagens que marcam sua formação e são socialmente e historicamente importantes. Uma delas está na Babilônia, cerca de 2000 a.C. Por um lado, a região alcançava um alto nível de organização comercial, com exportações e importações de produtos entre regiões, com trocas diretas de mercadorias (minerais, produtos cultivados, artesanato, etc.). Por outro lado, os sacerdotes daquela época guardavam e negociavam diversos materiais de valores do comércio e das pessoas, sendo que minerais e muitos produtos apresentavam riscos no transporte.

Na segunda passagem, a falência do sistema de trocas diretas e a simples estocagem de minerais não garantiam segurança aos negócios, então, com o estabelecimento do comércio marítimo pelos Fenícios (aproximadamente 1000 a.C.), deu-se a criação das moedas. Peças cunhadas com minerais que possibilitaram estabelecer valores para trocas e negociações de produtos e outras necessidades.

A terceira passagem se dá com os negócios de ourives durante a Idade Média, que “eram, em geral, homens de confiança, que guardavam em seus depósitos as riquezas de alguns clientes e as emprestavam a outros, cobrando por esses serviços” (BACEN, 2002, p. 10), e seus ateliês, chamados de bancos, emitiam recibos, que são considerados os precursores dos papéis de câmbio e das cédulas, ocorrendo transações desses recibos entre diferentes pessoas, inclusive de diferentes cidades e até de regiões distantes.

Na quarta passagem está a evolução dos bancos a partir das grandes descobertas e formação das companhias marítimas. Com o declínio de Veneza, a cidade de Antuérpia, na região de Flandres, torna-se o centro de comércios e negócios mais importante e, em definitivo, cria as bases para a formação do sistema financeiro atual (HUBERMAN, 1962). Assim, segurança e facilidade de negócios são essencialmente e historicamente duas motivações para a existência dos bancos, quer para guardar valores ou para investir e comercializar os mais variados bens. Além disso, o sistema financeiro desde seu início consiste em intermediar empréstimos, com custos e juros para quem necessita de recursos, quer sejam Coroas, donos de terras ou outros sujeitos.

Hoje em dia, há uma sofisticação técnica e tecnológica dos bancos para a realização dos serviços prestados pelos sistemas financeiros em todo o mundo. Como recorte, neste texto, utilizam-se tão somente as agências bancárias. Estas são apenas uma peça em um vasto contexto de diversidade de sistemas, querem físicos, querem virtuais, ou seja, fazem parte da operacionalização e processamento dos serviços e estão ao lado de outros modelos que atuam de forma similar ou complementar, como: *mobile banking*; *internet banking*; *automated teller machine* (ATM); pós-pontos de venda no comércio; correspondentes e o *contact center*. Apesar das rápidas mudanças e transformações do sistema operacional dos bancos, segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), as agências físicas ainda guardam um papel relevante, pois afirmam serem elas imprescindíveis pela presença humana no negócio:

[...] Vivenciamos um momento de sobreposição e integração dos meios físicos e digitais, possibilitado pelas ferramentas e serviços que o setor bancário oferece. Mesmo com um avanço na preferência do Mobile Banking, os canais de atendimento físico reforçam seu caráter consultivo, de educador financeiro, e complementam a experiência do consumidor, que recorre às agências em busca de novos serviços e funcionalidades. [...] o cliente ainda vai às agências, mas para falar pessoalmente sobre investimentos e negócios, realizar processos de segurança, fazer saques (FEBRABAN; DELOITTE, 2017, p. 6; 23).

No Brasil, para falar de sistema financeiro, é necessário ultrapassar o tempo da colônia, sobre o qual Freyre (1980, p. 31) afirma que, da aristocracia comercial dos engenhos nordestinos, passando pelo ouro das Minas Gerais, até a introdução da cultura do café, sob o ponto de vista econômico, pouco se alterou do século XVI ao início do século XIX, quando se utilizava quase exclusivamente o sistema produtivo escravocrata, de latifúndio e monocultura. Assim, o sistema financeiro bancário nacional é marcado com a criação, em outubro de 1812, por D. João VI, do Banco do Brasil (BB), que foi a primeira instituição bancária a operar no país. A Caixa Econômica Federal (CEF), criada em 1861, nasceu com um viés social, pois os depósitos eram limitados em valor e contavam com a garantia do Tesouro Nacional. Ao final do século XIX, existia uma pequena rede de bancos e agências no Rio de Janeiro, enquanto no resto do país praticamente ela era insignificante (COSTA NETO, 2004). Ao instalar a República, mudanças no sistema bancário

ocorreram, criando-se as bases para uma reorganização do setor. No novo contexto, ao longo do século XX, há a estruturação e formação de um sistema de bancos públicos e privados no Brasil. Por exemplo, a Casa Moreira Salles (depois Unibanco e, desde de 2008, Itaú-Unibanco) obteve a carta patente de funcionamento em 1924. Entre os atuais bancos privados brasileiros, praticamente todos se formaram ao longo do século XX.

Para observar a relação do contexto da história bancária brasileira privada, no início do século XX, e apontar que ela, guardada a diferença do tempo e local, apresenta semelhanças ao que aconteceu na formação histórica geral de bancos, se traz o trecho:

Nas três primeiras décadas do século XX, João Moreira Salles acumulava a atividade de comerciante com a de correspondente bancário, em uma região que envolvia – em cerca de 80 km – cidades do sul de Minas e a região paulista de Mococa. Correspondente bancário era um agente que, na falta de banco propriamente dito no local, exercia parte de seu papel. O comércio brasileiro nessa época, no interior do Brasil, especialmente no Centro-Sul, era realizado ou por lojas comerciais ou por caixeiros-viajantes. Estes faziam a ligação entre os produtores ou importadores de mercadorias, nos grandes centros, e as lojas do interior. Eram eles que as abasteciam. Para não transportar grandes quantias, os caixeiros juntavam o dinheiro que haviam recebido dos comerciantes e o depositavam junto aos correspondentes bancários, que em troca emitiam cheques a serem descontados contra os bancos em que trabalhavam (COSTA, 2002, p. 9).

Ao analisar *websites* de bancos que estão instalados na cidade deste ensaio, destaca-se também os valores internacionais já anunciados de segurança e força em relação ao lugar:

VALORES	BANCO	FONTE (26/abril/2018)
“Uma empresa do tamanho do [Banco-A] tem muita coisa para contar [...]”	Banco Brasileiro de Desconto	https://banco.bradesco/html/classic/sobre/nossa-historia.shtm
“o [Banco-B] é apontado como a 6ª marca mais valiosa de banco do mundo em 2011 [...]”	Banco Itaú Unibanco	https://www.italu.com.br/sobre/
“O [Banco-C] é uma das [marcas] mais valorizadas do setor financeiro, de acordo com consultorias especializadas, e representa os valores que tornam o Grupo único: dinamismo, força, inovação, liderança, enfoque comercial e ética profissional [...]”	Banco Santander	https://www.santander.com.br/br/o-santander/institucional/santander-no-mundo
“[...] o [Banco-D] tem uma posição consolidada no mercado como um banco de grande porte, sólido e moderno ...”	CEF	http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx

Quadro 2.1 | Valores de alguns bancos.

Fonte: Dos autores.

3 AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM JUIZ DE FORA

Cabe observar que este é um trabalho na área de Arquitetura e Urbanismo e, assim sendo, não se tem por finalidade estabelecer uma profunda análise teórico-conceitual, ou historiográfica, do setor financeiro e das instituições bancárias em Juiz de Fora. A abordagem é exploratória e serve como ensaio para introduzir o leitor em como se tem refletido localmente as características universais de suas organizações no campo da imagem corporativa. Há que se reforçar que este é um dos segmentos existente há muitos séculos nas sociedades e em vários continentes, o qual possui significativos aspectos para as relações humanas.

A despeito da formação econômica baseada no modo de produção cafeeira da cidade, Giroletti (1988) aponta que o setor financeiro fez parte de um segundo momento dos investimentos locais, dado ser “um componente fundamental e imprescindível do processo de diversificação da economia” (GIROLETTI, 1988, p. 48). Contudo, informa que, desde a formação do povoado, sempre se teve a atividade de “emprestadores de dinheiro”, mas esta ocorria de maneira desorganizada, atentando-se sob a ótica corporativa. Procópio Filho (1966), para explicar como se deu o início da organização do serviço financeiro, indica que o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais foi a primeira instituição deste tipo em Juiz de Fora, contudo, ele atuou por pouco tempo (1887 a 1891). O Banco de Crédito Real de Minas Gerais (CREDREAL), fundado em 1889, foi uma referência para a história econômica da cidade (ALAVARENGA FILHO, 1987) até a sua aquisição pelo BRADESCO, em 1997, no processo de privatização do setor público. Segundo a Ata de sua Constituição, presente no livro de Bastos (1967, p. 112-116), ele foi praticamente formado por agentes locais (barões do café, industriais, incorporadores, etc.), tendo ultrapassado, ao longo de sua história, diferentes períodos da sociedade brasileira e mundial e do sistema financeiro, como: a formação da Primeira República (imediatamente após a sua inauguração), o *crack* na bolsa de New York, o Governo Militar, entre outros. Transformou-se em um banco estatal, por meio da aquisição da maior parte de suas ações pelo Governo de Minas Gerais, em 1914.

Outras agências bancárias, ao longo do século XX e século XXI, se instalaram na cidade, a título de ilustração: o Banco do Brasil (BB), em 1918; o Bank of London and South America, em 1926; Banco Hipotecário e o Banco Mineiro da Produção nas décadas de 1920 e 1930; a CEF, o Banco Itaú e o Banco Unibanco (ainda sem a junção deles), na década de 1940; o Banco Nacional de Minas Gerais e o Banco Brasileiro de Desconto (BRADESCO), na década de 1950; o Banco Mercantil e Industrial do Paraná (BAMERINDUS), depois adquirido pelo Hong Kong and Shanghai Banking Corporation (HSBC), na década de 1990 (atual BRADESCO); os bancos estatais, que hoje em dia estão todos privatizados, como o Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE), Banco do estado de São Paulo (BANESPA) e Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ); os recentes Banco Santander (desde a aquisição do BANESPA) e Banco Safra, entre outros. Cabe dizer ainda que a cidade sempre contou – e ainda conta – com organizações de empréstimos e cooperativas financeiras, independente de bancos.

Particularmente, o contexto se reserva à observação de agências físicas pelos conceitos da FEBRABAN e do Banco Central do Brasil (BACEN), sendo consideradas as agências físicas das instituições financeiras presentes no centro da cidade de Juiz de Fora, mas não se fará distinção do sistema privado ou oficial. Tal recorte tem por finalidade estabelecer uma relação arquitetônico-urbanística de tais agências bancárias com o desenho da cidade através dos dois elementos do campo sensível já anunciados (a fachada e a volumetria). Um locado na vertical do logradouro público, isto é, elemento de contato entre o espaço da rua e o espaço interior e o outro é a própria volumetria das edificações em relação à visibilidade possível pelo transeunte na rua da cidade, incluindo nisso o seu movimento (tempo de ver as coisas). Cabem ressalvas: (1) a verticalidade pode ser entendida como a fachada, mas incorporada à forma tridimensional e às vezes correlacionando ambientes internos e externos na interface público-privado, quando assim couber, e (2) a volumetria não se aplica a todas as edificações por algumas razões, por exemplo, à agência bancária que for uma loja de edificação de múltiplos usos.

Para a cidade de Juiz de Fora, com os endereços levantados, trabalhou-se com o reconhecimento local na planta cadastral do município, *Google Maps* e também *in loco*; ambos até a área limítrofe da pesquisa, apesar de, em alguns poucos casos, terem ultrapassados a barreira proposta. Tal área é vista de forma conservadora, isto é, reproduzindo o que é indicado como Região de Planejamento Centro (RP Centro) pelo Plano Diretor da Cidade de Juiz de Fora (JUIZ DE FORA, 2000), como se observa o texto:

A área central compreende o triângulo maior formado pelas Av. Rio Branco, Independência [atual Av. Itamar Franco] e Francisco Bernardino, incorporando a Praça Antônio Carlos e Dr. João Penido (Praça da Estação); o Parque Halfeld e os seus entornos. Nela está concentrada a maior diversidade de atividades urbanas, sejam elas comerciais, culturais, prestadoras de serviços, residenciais ou institucionais. É, enfim, o espaço estruturador de todo o setor e, mais do que isso, de toda a cidade, visto que o desenvolvimento urbano ocorre pela articulação com as demais áreas (JUIZ DE FORA, 2000, p. 172).

Cabe salientar que o fato de a cidade ter se transformado significativamente em termos morfológicos-urbanos desde a publicação do Plano Diretor, por meio de um processo de expansão de áreas urbanas (como novos loteamentos e conjuntos habitacionais em áreas distantes do centro) e por receber diversos equipamentos de médio e grande porte, como, por exemplo, dois *shopping centers*, que sugerem reestudos dos fluxos e aspectos sociais e de usos no território. Entende-se, contudo, que a vitalidade do Centro ainda é relevante, bem como da área central, independente das transformações urbanas que estão em curso. Em outros termos, a cidade tradicional (Centro) ainda mantém sua referência e importância não apenas pelo valor histórico, mas também por seus serviços, comércios e habitações. Sob este aspecto, vai se notar como o sistema financeiro atua em Juiz de Fora no sentido de confirmar tal afirmativa.

BANCO			Pesquisa	Agências	Postos*	Totais
1	001	Banco do Brasil S.A.	sim	12	29	42
2	033	Banco Santander (Brasil) S.A.	sim	10	21	31
3	104	Caixa Econômica Federal	sim	9	22	31
4	237	Banco Brasileiro de Desconto S.A.	sim	12	24	36
5	341	Itaú Unibanco S.A.	sim	11	8	20
6	389	Banco Mercantil do Brasil S.A.	sim	2	1	3
7	422	Banco Safra S.A.	sim	1	1	2
8	623	** Banco PAN S.A.	sim	-	1	1
9	*** Banco Confidence Corretora de Câmbio S.A.		não	-	2	2
10	*** BV Financeira S.A./Crédito, Financ. e Invest.		não	1	-	1
				57	107	164
*	Postos	PAB	= Posto de Atendimento Bancário			
		PAA	= Posto Avançado de Atendimento			
		PAE	= Posto de Atendimento Bancário Eletrônico			
		PAM	= Posto de Atendimento ao Micro Crédito			
		PAP	= Posto Bancário de Arrecadação e Pagamento			
		PAT	= Posto de Atendimento Transitório			
		PCP	= Posto de Câmbio Permanente			
**	Apesar de possuir um posto de atendimento apenas, entrou na pesquisa por este ser banco múltiplo e por se instalar em loja na área central e principal via da cidade.					
***	Por não serem bancos, não foram computados para as somas					

Quadro 2.2 | Compilação dos bancos em Juiz de Fora.

Fonte: Disponível em: www.buscabanco.org.br e <http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/rest/buscar-instituicoes.asp>. Acesso em: 5 fev. 2018.

O sistema financeiro nacional, segundo dados do BACEN (2018), tem 1803 empresas de todos os tipos, das quais 23 possuem serviços em Juiz de Fora (nove cooperativas de crédito; oito bancos múltiplos, duas administradoras de consórcios, duas associações de empréstimo, uma corretora de câmbio e a CEF). Quatro delas possuem sede na cidade, sendo todas estas do serviço de cooperativa de crédito. Outro levantamento foi realizado por meio de busca de agências bancárias pelo *website* da FEBRABAN (<http://www.buscabanco.org.br>, em 2018). De 388 bancos lá listados, 122 são associados, sendo que 49 destes estão presentes em Minas Gerais e há nove que estão instalados na cidade de Juiz de Fora. Ao final, a pesquisa trabalhou com os oito primeiros

apresentados no Quadro 2.2, restringindo-se aos endereços de agências bancárias, sendo os demais postos não considerados, pois em sua maioria são instalações internas a empresas e/ou serviços públicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

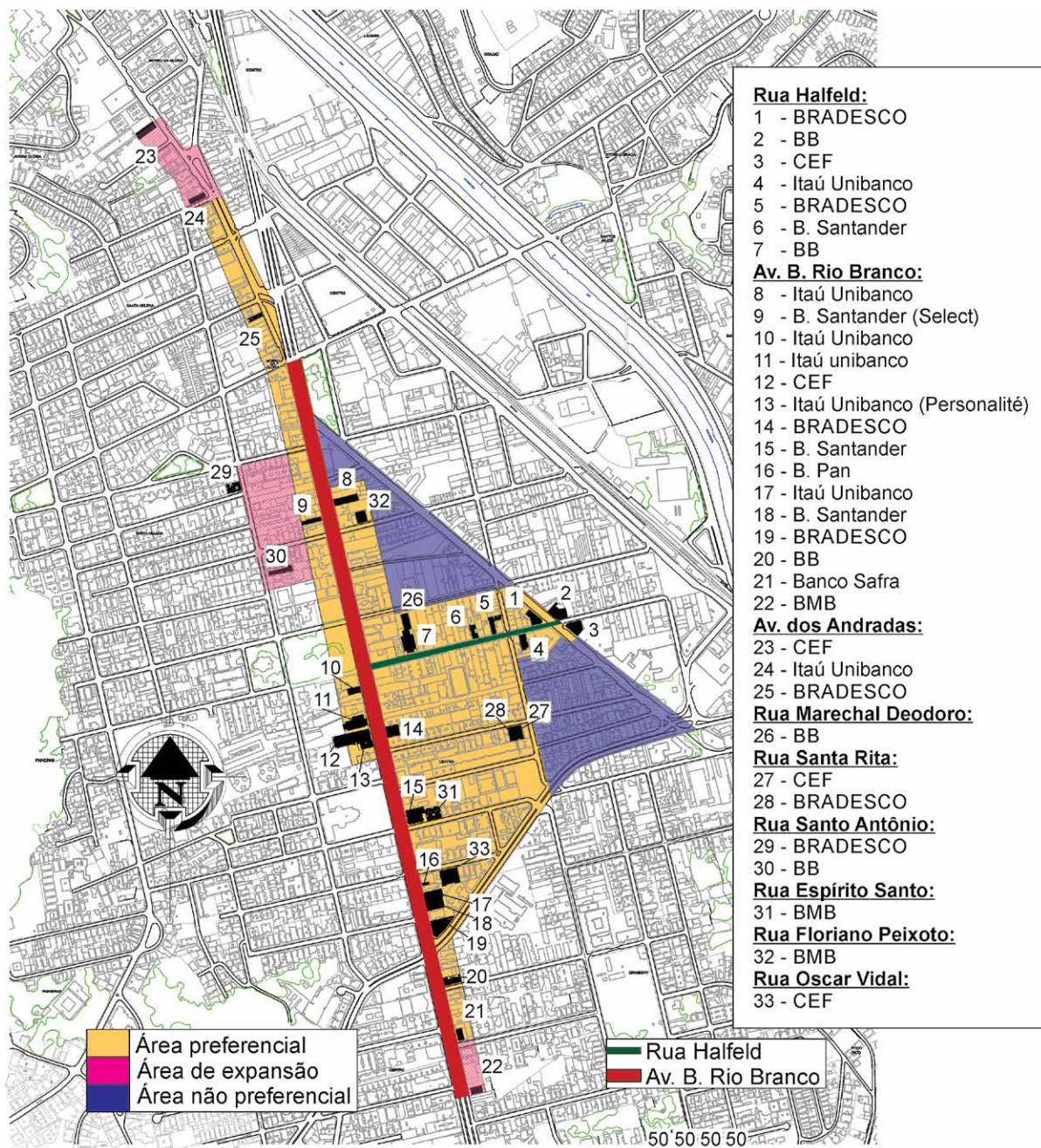


Figura 2.1 | Mapa da localização de bancos no Centro de Juiz de Fora.

Fonte: Desenho dos autores sobre base de dados do arquivo digital da PJF de 2007.

Ao agrupar as agências bancárias, constatou-se que 40 agências das 57 elencadas estão no centro tradicional, o que representa aproximadamente 70% dentro do perímetro estabelecido para a amostra. Assim sendo, por si só é um fato significativo para identificação da força da centralidade da cidade, ou, minimamente, para a determinação física do lugar central para os negócios financeiros, utilizando-se para isso o conceito de Central Business District (CBD), conforme proposto por Herbert e Thomas (1996). Entretanto, dado a presença, em alguns casos, de mais de uma agência bancária em um mesmo endereço, existem 33 pontos de localizações para bancos, dos quais, igualmente significativo, 22 (66%) estão localizados em apenas dois logradouros: a rua Halfeld e avenida Barão do Rio Branco (Figura 2.1). Historicamente, acresce a relevância de tais constatações porque são, respectivamente, o primeiro logradouro público e o eixo estruturador de ocupação do território da cidade. Ainda cabe dizer que todas as instituições pesquisadas têm ao menos uma agência na avenida Rio Branco.



Figura 2.2 | Grupos de agências bancárias: (A) loja em terreno específico; (B) loja em edificação de uso múltiplo; e (C) loja em edificação preservada pelo patrimônio cultural.

Fonte: Foto dos autores, 2018.

Três grupos de agências bancárias fazem parte da sistematização (Figura 2.2): (A) loja em terreno específico (18 ou 55%), (B) loja que pertence à edificação de múltiplo uso (12 ou 36%) e (C) loja em edificação tombada pelo patrimônio cultural (3 ou 9%). Há uma tendência pela instalação em endereços do grupo (A), e observa-se que a CEF tem todas as suas agências com esta característica. A loja do banco em edificação de uso múltiplo, em contrapartida, pouco difere de um outro segmento comercial qualquer.

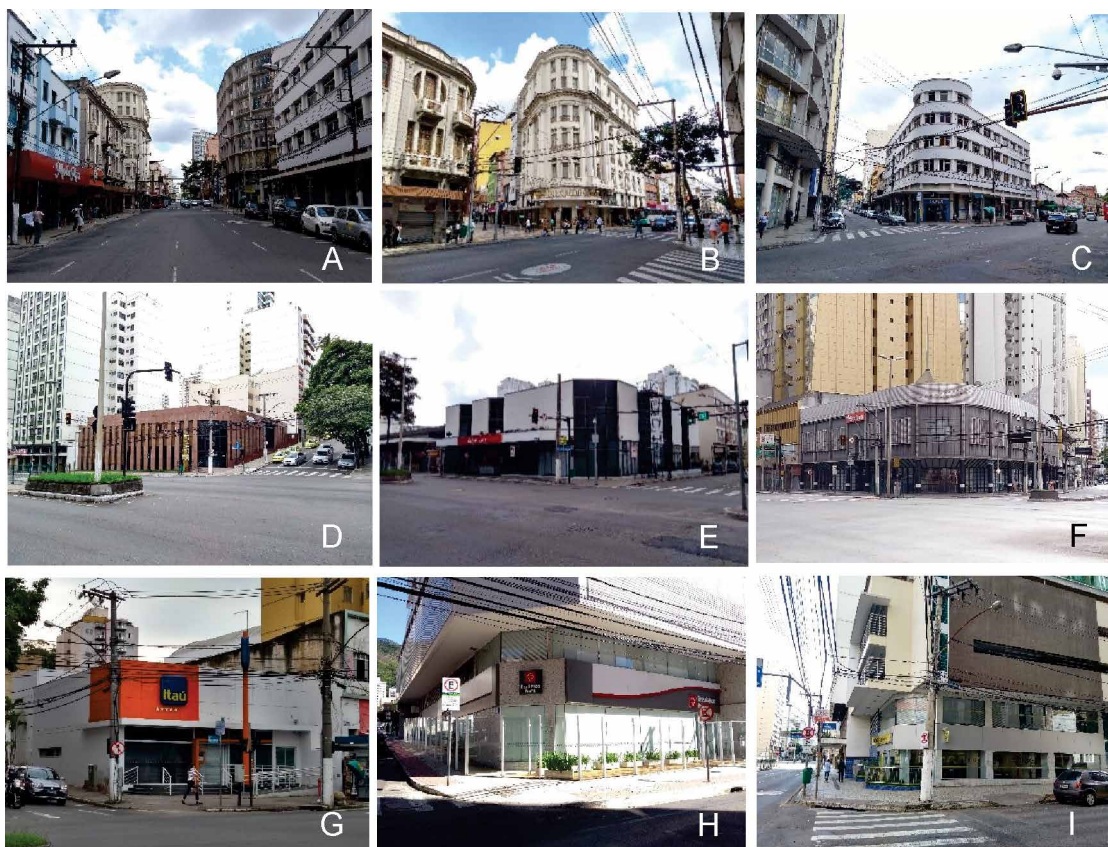


Figura 2.3 | Nove agências bancárias em esquinas: (A) R. Halfeld e Av. Getúlio Vargas; (B) BRADESCO; (C) CEF – Av. Getúlio Vargas com R. Halfeld e (D) Safra – Av. Rio Branco com R. Antônio Carlos; (E) Santander – Av. Rio Branco com R. Espírito Santo; (F) BRADESCO – Av. R. Branco com Av. Itamar Franco; (G) Itaú Unibanco – R. Paula Lima com Av. dos Andradas (H) BRADESCO Prime – R. Santo Antônio com R. Osvaldo Cruz e (I) BB – Av. Rio Branco com R. Sampaio.

Fonte: Fotos dos autores, 2018.

É relevante o número de nove agências localizadas em esquinas (Figura 2.3). Aqui defende-se que (1) o caráter histórico-cultural, (2) as características funcionais de visibilidade e facilidade e (3) o valor comercial e financeiro do ponto são fatores indicativos para tal opção. A rua Halfeld com a avenida Getúlio Vargas, a título de exemplo, contém os três aspectos. Tal lugar é um objeto transcendente ao tempo atual, sendo parte da história da cidade, pois ali foi leito da antiga estrada União e Indústria (atual avenida Getúlio Vargas) e é um dos principais eixos para os transportes coletivos bairro-centro-bairro (valor de uso atual). Também é ponto significativo pela presença da edificação do antigo CREDREAL (atual BRADESCO), que foi uma construção realizada, entre 1929 e 1931, pela simbólica Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri e, desde 1964, abriga nos andares superiores o Museu do Crédito Real. Além disso, é marcada pela agência do Banco do Brasil (BB), projetada por Niemeyer em 1941, dito monumental e símbolo de modernidade para a época (GENOVEZ *et al.*, 1998, p. 18). Para terminar, a esquina é o início de acesso ao calçadão da rua Halfeld (primeira rua de pedestre da cidade, inaugurada em 1975).

Ao observar outra esquina – avenida Rio Branco e avenida Itamar Franco – onde está localizado o BRADESCO, guardadas as diferenças materiais, há como perceber, minimamente, a questão da visibilidade, a facilidade de acesso e do valor comercial e financeiro do ponto, sobressaltado pela distinção da volumetria da construção em relação às vizinhas. Justifica-se a análise pela agência estar no cruzamento entre dois dos mais importantes corredores de transporte automotivos (particular e coletivo) e, na mesma quadra, há em contiguidade outras três agências bancárias. Além disso, desde a construção do prédio, até os dias atuais, o local foi utilizado como banco (Bamerindus – década de 1980 até 1997, HSBC até 2017 e Bradesco). Lógica semelhante pode ser apontada para os demais bancos. Entretanto, cabe observar um fenômeno comum na localização de parte das agências em cruzamentos, o que reforça um apelo à visibilidade, pois, ao se ver o sentido de acesso bairro-centro, percebe-se a implantação sempre à direita das agências anteriores ao triângulo central da cidade (ver Figura 2.1: agências 23, 24, 25 no sentido norte-sul e 19, 20, 21 e 22 no sentido sul-norte).

Dentre as agências bancárias em edificações do patrimônio cultural na cidade, há na esquina da rua Halfeld com a avenida Getúlio Vargas mais um aspecto da significância urbana, sabido que o lugar transcende ao tempo contemporâneo para a municipalidade, sendo o cerne da estrada União e Indústria, um eixo que marcou e ainda registra uma divisão cultural para a espacialidade da cidade (limite do Centro, ou de um primeiro Centro). Tal esquina pode ser entendida como um lugar emblemático, o qual estabelece um diálogo e passagem que concilia conflitos de interesses dos investimentos industriais e comerciais. O edifício do CREDREAL tem tombamento pelo município e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). A antiga sede do BB na cidade é tombada pelo município e é reconhecida pelo emprego dos princípios da arquitetura moderna. O edifício da CEF é a terceira edificação bancária nessa esquina e a única que não consta na lista do tombamento, entretanto, mostra uma força da instituição de poder estar naquele endereço, não só comercial, mas também significativo para as instituições financeiras. Além destes, o Itaú da rua Halfeld é tombado.

Para além da localização e do tombamento, a referência que tais prédios históricos agregam aos aspectos intrínsecos dos bancos é a subjetividade de terem cenários estáticos ao longo do tempo, pois isso supostamente agrega valor subjetivo de uma certa segurança e estabilidade para um negócio que é abstrato e de risco (o dinheiro e o investimento na aplicação financeira). Para este sentido, Brand (1995, p. 84-85), citando Jane Jacobs, exemplifica com o Bank of América, que faz uso do capital do tempo, pagando o preço de permanecer estático em um escolhido lugar, com isso, se diferenciando do usual descarte da edificação.

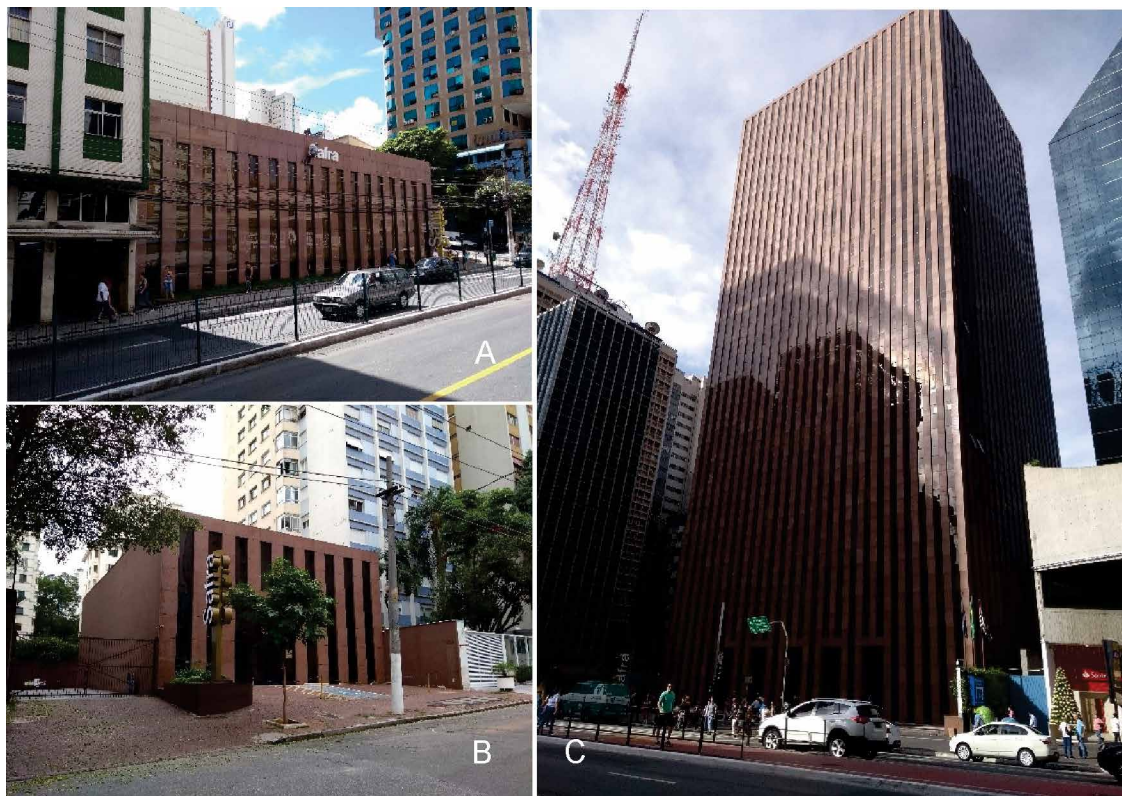


Figura 2.4 | Banco Safra: (A) agência em Juiz de Fora, (B) Agência Higienópolis, SP e (C) sede na Av. Paulista.

Fonte: Fotos dos autores, 2018.

Argan (2000, p. 67), ao tratar de uma tipologia arquitetônica, trabalha com três categorias principais, “a primeira, [...] configurações inteiras de edifícios, a segunda, os grandes elementos construtivos, a terceira, os elementos decorativos”, sendo tais categorias denominadas neste trabalho como Grupo A, Grupo B e Grupo C, respectivamente. Ao observar agências bancárias que são classificadas no grupo (A), elas permitem tratar de intencionalidades que estabelecem *links* com todo o sistema de identidade corporativa, como dito na literatura (OLINS, 1989; RIEL, 1995; DIBB *et al.*, 1997). Nesse contexto, a identidade visual é preservada, pois nota-se sua menor visibilidade nas edificações, comparada ao potencial da localização (por exemplo, ver fotos 2.2B e 2.3E). A arquitetura bancária é, então, investigada como parte do contexto para a construção do imaginário da corporação, como se destaca da fala do designer de um banco¹. A empresa Paos Design também coloca, ao estudar a renovação da marca do Sumitomo Bank, com mais de 400 anos de funcionamento, que não bastou alterar as questões de identidade gráfico-visual, teve que modificar também sua arquitetura interior e exterior (VVAA, 1990, p. 295-301). Por este modo de agir, a comunicação gráfica mostra-se como elemento que compõe com a arquitetura a imagem que explicita a identidade corporativa, sendo assim, é um elemento que pode ser classificado na terceira ordem da tipologia. Retira-se daí, para os grupos (A) e (C),

¹ Ver vídeo do Banco Itaú-Unibanco: (a) <https://www.itaubr.com.br/sobre/>; (b) <https://www.itaubr.com.br/sobre/marca/> e (c) <https://www.youtube.com/watch?v=g1xMSRqBx9o&feature=vmshb>.

que o planejamento do marketing bancário incorpora a arquitetura das agências, pois elas trazem consigo parte significativa da identidade corporativa. Entretanto, as classificadas no grupo (B) fazem uso da comunicação visual e gráfica da empresa sem procedimentos que envolvam as arquiteturas em sua integralidade.

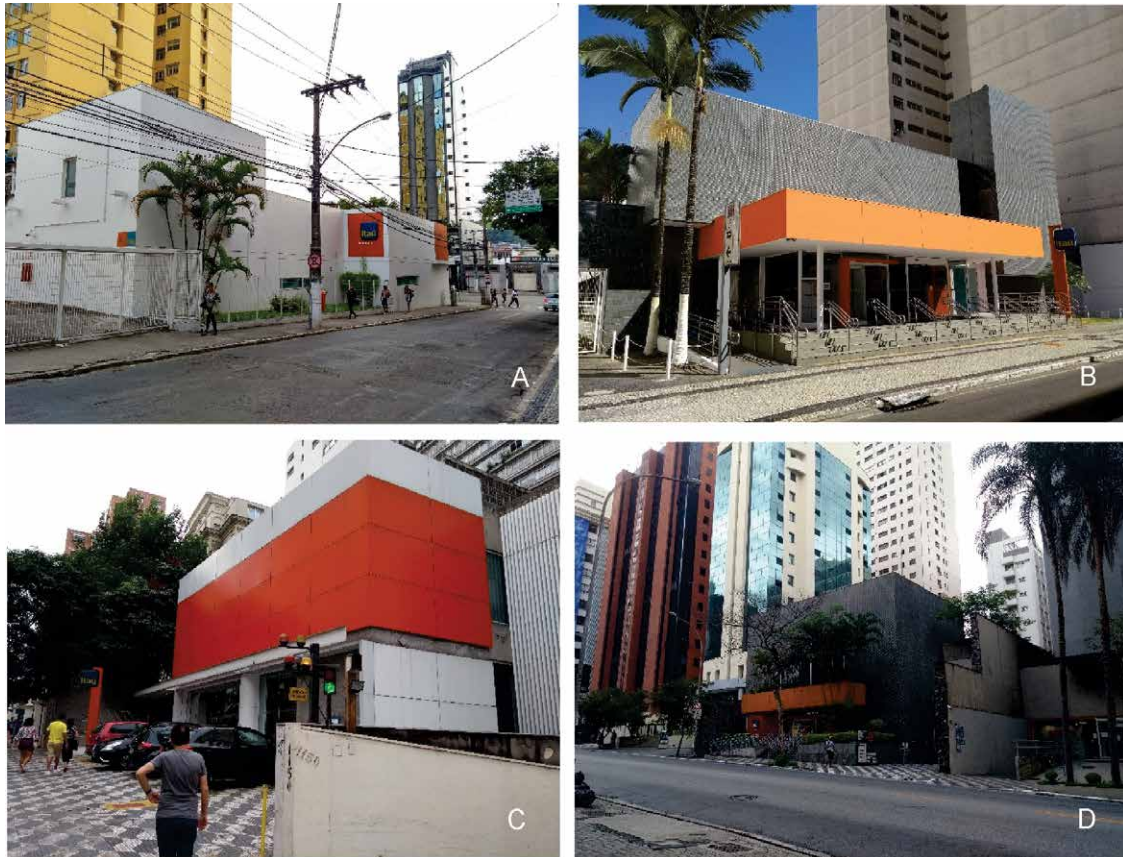


Figura 2.5 | Itaú Unibanco: (A) Juiz Fora /Av. dos Andradas (B) Juiz Fora /Av. R. Branco, (C) São Paulo /Av. Angélica e (D) São Paulo/ Av. Angélica.

Fonte: Fotos dos autores, 2018.

Para ilustrar, fazemos uso da lógica conceitual do Banco Safra, onde se tem as volumetrias prismáticas e as fachadas praticamente desenhadas com os mesmos conceitos e acabamentos (Figura 2.4). Nesse mesmo entendimento, observa-se as arquiteturas do Itaú Unibanco (Figura 2.5), onde a composição volumétrica de múltiplos paralelepípedos (elementos prismáticos simples) é formalmente trabalhada em diferentes endereços, conceitualmente distintos, mas similar ao emprego de formas prismáticas puras e simples feitas pelo Safra. Contudo, a estratégia empregada é a comunicação visual (refletido também no website da empresa), em que são utilizados painéis visuais para a instalação da marca e cor da identidade da empresa, o que Argan (2000) chamou de elementos decorativos.

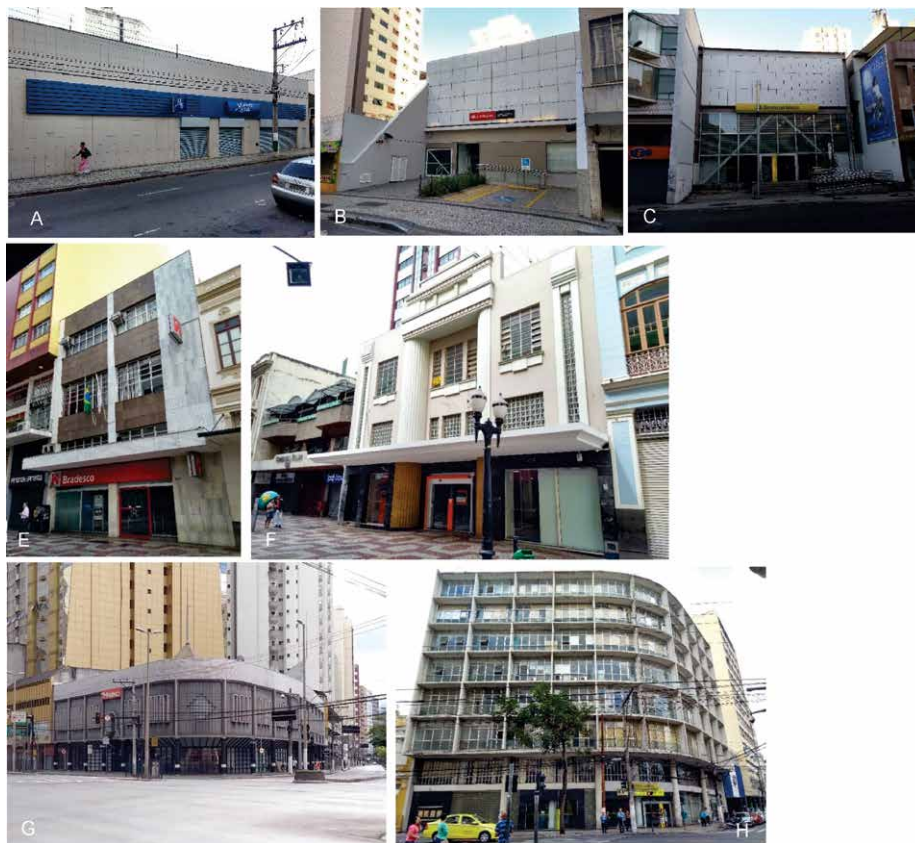


Figura 2.6 | Pele de divisão para os espaços interior e exterior das agências bancárias: (A, B, C) planos verticais subdivididos em platibanda e base: BMB – Rua Marechal Floriano Peixoto; Santander Select – Av. Barão do Rio Branco e BB – rua Marechal Deodoro; (E, F) fachadas convencional e tradicional: BRADESCO e do Itaú Unibanco, ambos na rua Halfeld e (G, H) fachadas em superfícies que seguem a curvatura do logradouro público: BRADESCO – Av. Barão do Rio Branco e Av. Itamar Franco e BB – Rua Halfeld e Av. Getúlio Vargas.

Fonte: Fotos dos autores, 2018.

Dos elementos morfológicos das edificações das agências bancárias, mais uma vez trabalhando os grupos (A) e (C), têm-se dois que se sobressaem aos demais e que são os únicos abordados neste texto, são eles: as fachadas e as volumetrias.

A verticalidade das fachadas funciona como uma pele, uma superfície de distinção e transição entre a rua e o interior. Também, muitas vezes, encobrem e retiram do leitor a possibilidade de ler a volumetria das edificações, sendo assim, é um objeto de concepção intencional para promover a ruptura e impedimento da percepção da linguagem volumétrica como objeto físico-geométrico. Duas características são observadas: uma é criar um plano vertical praticamente sem aberturas para além do acesso ao salão do banco e subdividido em duas partes (base e topo); a outra ocorre em agências de maior relevância. Evidencia-se isto nas três edificações da rua Halfeld com a avenida Getúlio Vargas (BRADESCO, BB e CEF), ou avenida Itamar Franco com a avenida Rio Branco (BRADESCO), bem como nas edificações do BB da rua Marechal Deodoro, do Santander Select,

na avenida Barão do Rio Branco e do BMB na rua Floriano Peixoto, entre outros. A construção geométrica destas peles é de natureza simplificada, direta, tendo-se a testada das fachadas com elevações da linha de divisa entre interior e exterior, gerando-se uma superfície, quer plana ou no acompanhamento da curvatura do logradouro (ex.: esquinas). Porém, não se quer dizer que não ocorram elementos decorativos aplicados às suas superfícies, como ocorrem com a edificação modernista do BB da esquina da rua Halfeld com a avenida Getúlio Vargas, ou tratamentos na fachada do antigo CREDREAL. Contudo, sempre tais elementos são característicos das épocas das suas construções (Figura 2.6).

Large financial institutions have always felt a need to display their wealth and strength through expensive and sometimes ostentation buildings. Sometimes they get more than they bargained for² (OLINS, 1989, p. 65).

No aspecto da dimensão humana, observou-se elementos visuais que estabelecem um grau de tridimensionalidade espacial em meio a um espaço de transição entre a rua e o átrio no interior da loja, algumas vezes até fora da escala humana (antropometria). Tal situação é vista com diferentes soluções de projeto e obras. O uso de elementos decorativos (CEF na avenida dos Andradas – Figura 2.2A) é um exemplo. A formação de um ambiente coberto, de transição, gerado pela interseção geométrica de subtração de elementos primários contidos no fachadismo da agência e distinto em sua espacialidade da rua e do interior do imóvel é um outro caso que foi visto na CEF, na avenida Rio Branco. A concavidade foi gerada, geometricamente tratando, por uma simples separação do espaço arquitetônico em duas volumetrias de um paralelepípedo retangular, o qual fora, então, seccionado por um plano inclinado perpendicular às faces laterais do volume (produzido com a pele de vidro) que separou o ambiente em dois “sólidos” diferentes, isto é, o espaço interior e exterior. No BB, do calçadão da rua Halfeld, também se tem um espaço dessa natureza, adjacente à fachada, interno e produzido pela interseção geométrica de adição de sólidos ao cubo que caracteriza o principal volume da edificação. Em ambos casos, os espaços comunicam com o interior de um átrio, como também são muito além da dimensão humana das coisas, o que impõe uma opressão ao sujeito, que após atravessar uma pequena passagem se depara com um volume interior de cinco pavimentos, tão ou mais opressor que o ambiente intermediário descrito (Figura 2.7).

² Grandes instituições financeiras constantemente apresentam a necessidade de mostrar sua riqueza e força através de edifícios caros e, às vezes, por meio de ostentação das arquiteturas. Às vezes, eles ofertam mais do que esperam obter (tradução livre dos autores).



Figura 2.7 | (A) BB – é praticamente um cubo e a única estrutura de aço no calçadão da Rua Halfeld; (B) CEF – é um paralelepípedo com uma geometria de fachada que tem a geração de uma estrutura piramidal invertida retirada de sua volumetria, criando-se um espaço de transição coberto entre a rua e o interior da agência na Av. Barão do Rio Branco.
Fonte: Fotos dos autores, 2018.

No aspecto da cultura de construção, destaca-se no conjunto de lojas isoladas, no campo de uma composição de volumetria urbana, que estas agências bancárias não são edificações altas, diferenciando-se significativamente do contexto de construção das empresas locais, do entendimento comercial de uso, de exploração do uso do solo e também da concepção de projeto e sistemas construtivos (o BB é a única obra arquitetônica assinada pelo arquiteto Oscar Niemeyer em Juiz de Fora), corroborando a já anunciada forma de ostentar riqueza e poder econômico de alguns bancos, bem como de diferenciar-se em relação ao caráter do lugar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O complexo de agências bancárias neste cenário é entendido como um conjunto com características universalizantes, mesmo individualizadas as observações e restrito ao centro tradicional de Juiz de Fora, que guardam similaridades de análises em diferentes situações e lugares, dado apresentarem suas características essenciais enquanto corporações financeiras. Primariamente, elas expressam uma ação mercantil e de serviços (privado ou público) em todos os lugares que as analisamos. Tais edificações também trazem as relações conceituais institucionais de suas corporações, independentemente de onde elas estejam localizadas, ressalvado que apenas investigamos o ambiente externo (urbano). As agências bancárias utilizam as lógicas construtivas-espaciais de arquiteturas como artefatos no e do urbanismo, por meio de seus componentes simbólicos, expressivos e representativos.

Há como reconhecer no *marketing* bancário o uso da identidade corporativa por meio de uma concepção de arquitetura que leva em consideração vários aspectos da imagem corporativa da empresa para além de identidade visual. Tanto a volumetria, quanto as fachadas são simples, visto

que uma não se impõem ao contexto da outra e ambas não combatem a força da linguagem gráfica da instituição.

Cabe notar que as agências bancárias mais significativas para as corporações tendem a manter suas arquiteturas, isto é, praticamente conservam as mesmas estruturas desde as suas inaugurações, inclusive quando são substituídas as instituições bancárias que administram o negócio. Assim, além do patrimônio preservado, as agências da CEF (rua Halfeld e avenida Barão do Rio Branco), Bradesco (Halfeld-calçada e avenida Barão do Rio Branco – esquina com Itamar Franco), Itaú-Unibanco (avenida Barão do Rio Branco e avenida dos Andradas) e BB (calçada da rua Halfeld e agência na esquina da rua Halfeld com a avenida Getúlio Vargas) são exemplos que nos permitem tal afirmação, sendo que algumas delas já possuem mais de 60 anos sem significativas modificações.

A pele vertical e o trabalho volumétrico da composição de fachadas e da própria edificação são determinações objetivas e sensíveis para a informação do limite interior-exterior, indicando espacialmente o conjunto de elementos a serem percebidos tanto dentro quanto fora das agências, o que vem a constituir uma fronteira abstrata do seguro e do inseguro, do privado e do público, enfim, do eu e do outro. Há nesse contexto da morfologia, o uso das fachadas das agências bancárias como um elemento de linguagem para informar um campo posicional, tal qual Coquet (2017) coloca para a representatividade das arquiteturas no sistema, no qual está implícito o deslocamento do corpo, bem como para servir ao banco, que é o agente detentor do discurso, da lógica para a construção, em sua narrativa, de um discurso manipulador dos sentidos do destinatário-cliente (COQUET, 2017). Isso tudo fica ainda mais forte com a lógica de poderem se localizar nos pontos mais tradicionais do centro da cidade, não em qualquer lugar, mas no coração e na veia da cidade: rua Halfeld e avenida Barão do Rio Branco.

Este ensaio buscou explorar um contexto particular da arquitetura: as agências bancárias na cidade de Juiz de Fora. Nisso, pode-se perceber a pertinência desta tipologia para indicar e fortalecer a centralidade na cidade, bem como a sua presença e distinção como um objeto sintático urbano das demais arquiteturas da cidade e também como um elemento que trabalha valores culturais próprios e os articula com valores do lugar, tudo visando a construção de um discurso corporativo específico. Por fim, novas possibilidades de trabalhos surgem, tais como: uma análise similar a esta para a arquitetura do interior das agências bancárias, o estudo exploratório da historiografia das edificações bancárias, notado que há lacunas e imprecisões sob este enfoque, entre tantas outras abordagens.

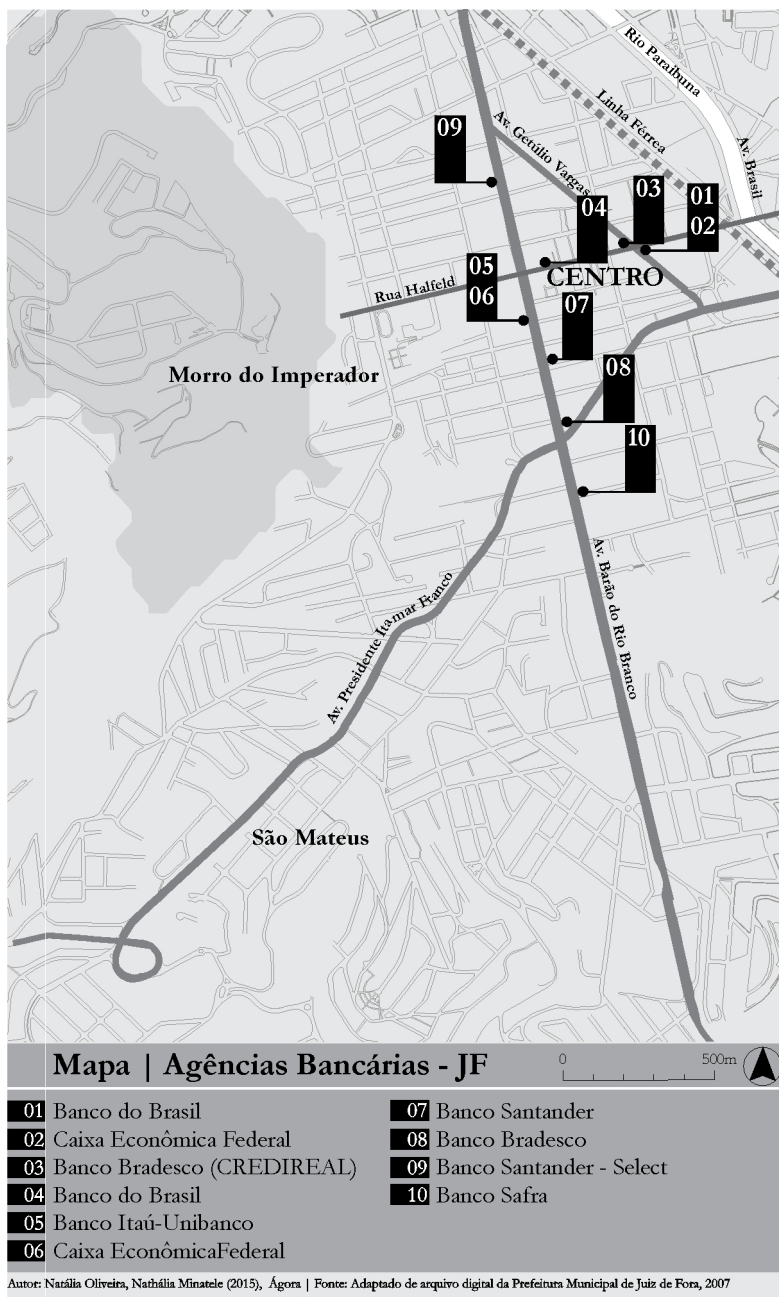


Figura 2.8 | Mapa das principais agências bancárias em Juiz de Fora.

Fonte: Desenho dos autores sobre base de dados do arquivo digital da PJF de 2007.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA Filho, José Tostes de. Alguns eventos da história bancária de Juiz de Fora. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE JUIZ DE FORA. *História econômica de Juiz de Fora (subsídios)*. Juiz de Fora: S.ed., 1987.

ARGAN, Giulio Carlo. *Projeto e destino*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *O que são os bancos?* Brasília: Banco Central do Brasil, 2002.

BASTOS, Wilson de Lima. *Francisco Baptista de Oliveira – um pioneiro – sua obra, sua vida, sua descendência e genealogia*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1967.

BRAND, Stewart. *Haw buildings learn: what happens after they're built*. London: Penguin Books, 1995.

CONSIGLIERI, Victor. *A morfologia da arquitectura I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

COQUET, Jean-Claude. *A busca do sentido: a linguagem em questão*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais (1889 – 1964)*. Dissertação (Mestrado em Economia e Planejamento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1978.

COSTA NETO, Yttrio Correa da. *Bancos oficiais no Brasil: origem e aspectos de seu desenvolvimento*. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. Disponível em: www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livros_bancos_oficiais.pdf. Acesso em: 25 abr. 2018.

DIBB, Sally, et al. *Marketing concepts and strategies*. New York: Houghton Mifflin, 1997.

FEBRABAN - FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS; DELOITTE – DELOITTE TOUCHE TOHMATSU LIMITED. *Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária*: FEBRABAN, 2017. Sl.: FEBRABAN, 2017. Disponível em: <http://www.ciab.org.br/download/researches/research-2017.pdf>. Acesso: 29 mar. 2018.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/ Instituto Nacional do Livro – Ministério da Educação – INL-MEC, 1980.

GENOVEZ, Patrícia Falco et al. *Núcleo Histórico e Arquitetônico das ruas Halfeld e Marechal Deodoro - Parte Baixa*. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. Disponível em: <http://www.ufjf.br/~clionet/bvhbr>. Acesso: 22 maio 2018.

GIROLETTI, Domingos. *Industrialização em Juiz de Fora: 1850 a 1930*. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

JUIZ DE FORA. Prefeitura. *Plano diretor de desenvolvimento urbano de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2000.

MACHADO, Nuno Miguel Cardoso. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddedness. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 90, p. 71-94, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/1771>. Acesso em: 25 abr. 2018.

NERO, Curo del. *Máquina para deuses: anotações de um cenógrafo e o discurso da cenografia*. São Paulo: Edições SENAC SP, 2009.

OLINS, Wally, *Corporate identity: making business strategy visible through design*, London: Thames and Hudson, 1989.

PROCÓPIO FILHO, J. *Retalhos do Passado*. Juiz de Fora: Edição do Autor, 1966.

RIEL, Cees B. M. van. *Principles of corporate communication*. London: Prentice Hall, 1995.

SALERNO JUNIOR, Edson. *As salas de auto-atendimento bancário, os caixas eletrônicos e suas interfaces gráficas: a usabilidade, funcionalidade e acessibilidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida *et al.* *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-94.

VVAA. *Paos Design: Corporate identity in Japan*. Tokyo: Kodansha, 1990.

ARQUITETURAS PARA O LAZER: OS CLUBES EM JUIZ DE FORA

ANTONIO COLCHETE FILHO
MARIANE GARCIA UNANUE
CHRISTIANE MERHY GATTO

São duas pulsões distintas no sentido da exatidão que jamais alcançam a satisfação absoluta: em primeiro lugar, porque as línguas naturais dizem sempre algo mais em relação às linguagens formalizadas, comportam sempre uma quantidade de rumor que perturba a essencialidade da informação; em segundo, porque ao se dar conta da densidade e da continuidade do mundo que nos rodeia, a linguagem se revela lacunosa, fragmentária, diz sempre algo menos com respeito à totalidade do experimentável.
(CALVINO, 1990, p. 88).

1 INTRODUÇÃO

Na dinâmica da cidade, o clube recreativo pode ser entendido como um equipamento destinado ao lazer de uma determinada população. No entanto, o significado do que o lazer representa na vida humana e os tipos de atividades relacionadas a ele encontraram diferentes definições ao longo do tempo.

Na sociedade pré-industrial, trabalho e lazer não se constituíam separadamente como tempo e espaço, pois eles configuravam-se num mesmo ambiente, separados, muitas vezes, apenas pela soleira da porta. A partir da sociedade industrial, a relação entre o lazer e o trabalho passa a fluir em outro ritmo, uma vez que, com a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho na indústria, o tempo passa a ser determinado e controlado pelo trabalho, o que contribuiu para a institucionalização do lazer.

Dessa forma, na Europa, o lazer manifestou-se mais claramente a partir da revolução urbano-industrial como fruto das reivindicações sociais, cujo objetivo era a conquista de um tempo livre sobre o trabalho.

No Brasil, essa manifestação aconteceu no final do século XIX, com o surgimento das primeiras organizações operárias (NAPOLITANO, 2006), que também defendiam a redução da

jornada de trabalho. Entretanto, no período da urbanização, surgiram novas reivindicações quanto à ampliação do tempo disponível na vida dos trabalhadores brasileiros³.

Uma demanda social do lazer já fazia parte da vida das classes mais abastadas da sociedade europeia e, a partir de meados do século XIX, foi sendo incorporada à vida no Brasil (SEVCENKO, 1998). A alta sociedade brasileira frequentava teatros, óperas, saraus, *ballets* e diversas manifestações artísticas relacionadas às manifestações da arte formal. Em geral, imponentes arquiteturas ecléticas abrigavam estas atividades e já haviam tipologias arquitetônicas estabelecidas para estes espaços.

Para a classe trabalhadora, o lazer estava relacionado, sobretudo, às manifestações de cultura popular de música e dança (como samba e maxixe) e a rituais africanos (SEVCENKO, 1998), além do início da prática do banhar-se ao ar livre.

À medida que o século XX avançou e os anseios humanos se direcionaram à busca de uma modernidade – sobretudo após a Primeira Guerra Mundial – os avanços tecnológicos trouxeram contribuições aos modos de vida e também à arquitetura. As pessoas buscavam modos de expressar todo o potencial humano, o dinamismo, a velocidade e a eficácia dos tempos em que viviam. Carros velozes circulavam pelas grandes cidades, as primeiras máquinas voadoras navegáveis cortavam os céus, os esportes passaram a fazer parte da vida social e um “gradativo desocultamento de corpos” (SCHAPOCHNIK, 1998) havia se iniciado em algumas praias, incentivando o desenvolvimento de novas tipologias arquitetônicas, como ocorreu no Cassino e Teatro Parque Balneário na cidade de Santos, estado de São Paulo, a “mais luxuosa casa de diversão da cidade” (SEGAWA, 1997, p. 55).

As mudanças de hábitos que passaram a incorporar os esportes e os banhos de mar à vida social e ao lazer também possuíam motivações relacionadas à saúde e à higiene – outros temas na pauta daquele momento – que podem ter favorecido o surgimento dos clubes (CHOAY, 1965, p. 21):

A preocupação com a eficácia manifesta-se antes de tudo na importância atribuída à questão da saúde e da higiene. A obsessão pela higiene polariza-se em torno de noções de sol e de verde. [...], assim como ao papel novo reservado, depois da Primeira Guerra Mundial, à cultura do corpo e à helioterapia.

Portanto, além das atividades já consolidadas (teatro, recitais de música, *ballets*, museus), novas atividades foram incluídas à ideia de lazer: os parques, os jogos, os esportes, o banho de praia e o cinema.

Ao longo do período moderno, diversos projetos brasileiros exploraram esta multiplicidade de atividades nos programas arquitetônicos, que se aproximavam do que hoje conhecemos por clube recreativo: áreas ao ar livre, salão social, área para a prática de esportes, área de jogos, área de banho (piscinas).

³ No Brasil, o reconhecimento do lazer como direito social de todo cidadão ocorreu somente na Constituição de 1988. Soma-se a isso a tardia incorporação do termo “lazer” ao nosso vocabulário comum, que ocorreu apenas a partir dos anos 1970.

A multiplicação de escolas de arquitetura pelo país levou os arquitetos a espalharem estas novas tipologias pelo Brasil. Através da popularização, e posterior banalização, do gosto pela arquitetura moderna (SEGAWA, 1997), vários dos clubes implantados no interior seguiram as linhas encontradas em célebres exemplares modernistas. Arquitetos ou não, esta série de “regras” parecia estar à disposição de todos aqueles que planejavam construir, de casas a igrejas, ou clubes.

Se, em última instância, podemos entender que as atividades de lazer se incorporam às dinâmicas urbanas, este capítulo tem como objetivo relacionar os fenômenos urbanos e arquitetônicos descritos anteriormente a três momentos na história da implantação e desenvolvimento da tipologia dos clubes recreativos na cidade de Juiz de Fora. Foi realizado um levantamento documental sobre a história destes três clubes recreativos, suas distintas fases cronológicas e seus programas arquitetônicos.

2 O CLUBE COMO ESPAÇO DE LAZER

Na sociedade atual, o lazer é concebido como demanda social, na busca pela cidadania e pela participação cultural, podendo ser considerado uma produção simbólica de um conjunto de modos de fazer, interagir, ser e representar, capazes de definir o desenvolvimento da vida social (MACEDO, 1979). Marcellino (1992) destaca que, a partir de mudanças no plano cultural, o quadro da vida social se amplia possibilitando um sentido de realização humana, uma vez que os aspectos relacionados à especificidade do lazer se fundamentam em outras áreas de atuação do ser humano, como aqueles sociais e culturais de uma população.

Além disso, o surgimento, o desenvolvimento e as áreas de atuação do clube, podem ser reflexos da necessidade específica de um grupo, comunidade ou sociedade em determinado momento histórico. Conforme aponta Pastre (2007), estes clubes podem materializar lutas e anseios de um grupo específico, ideais e inquietudes moldados pelo momento em que vivem e que vão se modificando com o passar do tempo.

De acordo com Mezzadri (1999), o clube concebido como um espaço específico para a manifestação do lazer pode receber várias classificações, dentre as quais destaca quatro grupos:

- a) entidades culturais e políticas: são os clubes frequentados por pessoas que possuem o mesmo posicionamento político;
- b) entidade de “*status*”: aqueles que possuem integrantes com alto poder aquisitivo, frequentados somente por pessoas da elite;
- c) clubes tradicionais: público composto em sua maioria por imigrantes que mantêm nesses espaços as tradições de seus países de origem;
- d) clubes beneficentes operários: entidades criadas para auxiliar nas dificuldades dos operários, classe que estava em processo de consolidação.

Para este autor, cada um destes grupos sociais estabelece suas próprias relações e busca seus próprios espaços, o que nos leva a entender que um arranjo espacial seja necessário para acomodar diferentes grupos e suas atividades. A seguir, procuramos apontar estas relações entre os grupos que criaram alguns dos principais clubes na cidade de Juiz de Fora-MG, e as arquiteturas a eles relacionadas.

3 JUIZ DE FORA E SEUS CLUBES

Juiz de Fora nasceu no século XVIII na época da mineração aurífera como um pequeno povoado, sendo inicialmente apenas um lugar de passagem das tropas, configurando o Caminho Novo até o porto do Rio de Janeiro. Com a expansão da cultura do café, a cidade se torna uma das principais produtoras da região da Zona da Mata. Juiz de Fora começa a receber imigrantes de diversas nacionalidades: portugueses, italianos, sírio-libaneses e espanhóis, destacando-se os alemães com a construção da Estrada União Indústria em 1857. A participação dos imigrantes foi importante para a consolidação da cidade a partir do desenvolvimento industrial no final do século XIX, tornando-se a mais importante do estado no setor até meados do século XX (FONSECA; COLCHETE FILHO, 2016; BRAIDA, 2011).

Atualmente, o município disponibiliza equipamentos específicos de lazer para a população em vários espaços públicos como: ginásios e quadras poliesportivas, praças, parques, teatros, pistas de atletismo, campos de futebol de várzea. A cidade conta também com muitos espaços do sistema privado, como é o caso dos clubes, distribuídos por regiões e bairros. Possui um espaço especializado, totalmente voltado às questões da integração das atividades esportivas: o CESPORTE – Centro de Apoio ao Esporte Amador, onde funciona a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (NASCIMENTO, 2012).

Os clubes de Juiz de Fora começaram a ser fundados em 1891, com a Sociedade Auxiliadora Portuguesa – hoje Associação Portuguesa – e depois por diferentes grupos, entidades, associações, agremiações, conforme categorizou Mezzadri (1999), motivados pela necessidade de criar um espaço para encontros sociais, práticas desportivas e diversas manifestações de atividades de lazer, esportes e festividades para manter suas culturas, ou adaptarem-se às novas culturas do seu novo país. Mais que isso, as arquiteturas produzidas em cada um destes momentos históricos testemunham estas necessidades específicas e retratam os modos de vida e as formas de lazer utilizadas à época de fundação dos clubes, importantes tipologias para a formação da própria identidade de Juiz de Fora. Hoje a cidade possui cerca de 28 (vinte e oito) clubes esportivos e recreativos (NASCIMENTO, 2012) e outras tantas associações recreativas empresariais. Sua arquitetura original é representativa de um momento do desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora e ao longo do tempo receberam adaptações a demandas de diferentes ordens.

3.1 ANOS 1915-1920: SPORT CLUB



Figura 3.1 | Sport Clube.

Fonte: Foto de Christiane Merhy Gatto, 2017.

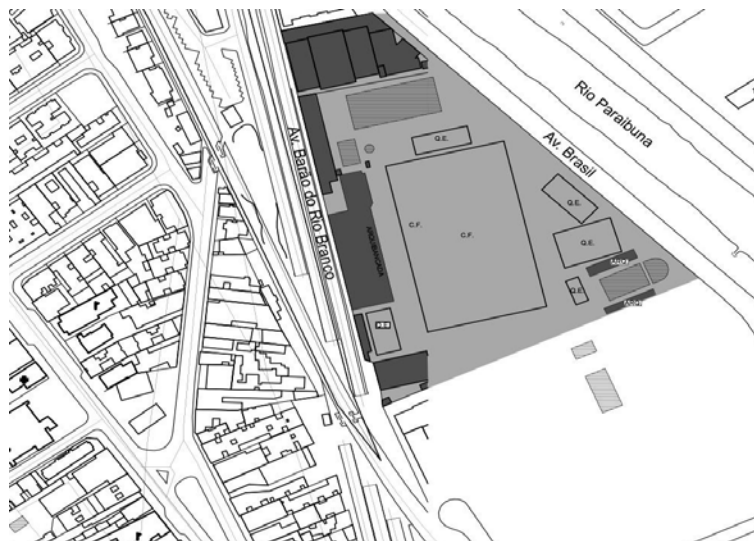


Figura 3.2 | Implantação do Sport Clube.

Fonte: Desenho de Yann Okada sobre base de dados do arquivo digital da PJF de 2007.

O Sport Club localiza-se próximo ao centro histórico e comercial de Juiz de Fora e situa-se entre as Avenidas Rio Branco e Brasil, às margens do Rio Paraibuna. Nas adjacências dos bairros Mariano Procópio e Jardim Glória, seus vizinhos imediatos, a linha do trem corta caminho sobre o “Mergulhão”⁴, que se situa logo abaixo da fachada do Sport Club. No entorno localizam-se equipamentos de comércio e serviços diversos, como venda de automóveis, peças para veículos, supermercado, loja de paisagismo, cursos técnicos e preparatórios, dentre outros. As ocupações residenciais estão prioritariamente no interior dos bairros vizinhos.

⁴ Rebaixamento de um trecho da Avenida Rio Branco, no cruzamento com a linha férrea, realizada em 1982. Aumentou a fluidez do trânsito no local sem interromper o tráfego com a passagem do trem.

Embora não estabeleça uma estreita relação com os moradores da região como o único equipamento de lazer, trata-se de uma região bastante irrigada por linhas de ônibus oriundas de outras regiões da cidade, o que favorece o acesso às atividades ali realizadas.

A primeira sede do Sport Club possuía uma localização bem central. De acordo com Nascimento (2012), por volta de 1910, a “Sociedade Recreativa Comercial Clube” lançou um debate sobre a proposta de criação de um departamento esportivo para prática do futebol, motivada tanto pelo progresso que havia tornado Juiz de Fora a maior produtora cafeeira da região quanto pela consolidação das atividades industriais na cidade. Ansiava-se pelo novo esporte que estava eletrizando as torcidas no exterior e que começara a chegar às grandes cidades brasileiras (NASCIMENTO, 2012).

O estádio do Sport Club começou a ser erguido a partir da fundação da agremiação, em 1916, e teve a primeira arquibancada coberta de Minas Gerais, inaugurada no campo da Rua Benjamim Constant esquina com Rua Santo Antônio, data que coincide com a inauguração de sua primeira sede própria (NASCIMENTO, 2012).

Em 1933, foi adquirido um vasto terreno na Avenida Barão do Rio Branco, onde se construiu a praça de esportes. Entre outros atrativos, o clube apresentava em suas dependências equipamentos de lazer muito avançados para o seu tempo, como por exemplo, a primeira piscina suspensa da América Latina, inaugurada em 16 de janeiro de 1938 (NASCIMENTO, 2012).

Em 22 de setembro de 1940, foram inauguradas duas grandes obras: a sede social, com um salão de baile, bar, sala de jogos, e uma quadra poliesportiva, destinada à prática de vôlei e basquete. Este edifício possui dois pavimentos: no térreo localizavam-se os salões de reunião, secretaria, bar, vestiários e instalações sanitárias; no andar superior estavam as arquibancadas, um ringue de patinação e uma quadra de tênis (NASCIMENTO, 2012).

Em 1945, o arquiteto Arthur Arcuri projeta uma ampliação para o clube, com arquibancada, ginásio, piscina, vestiários e restaurante (SANTANA; PUGLIESI, 2002). O projeto da arquibancada se destaca por possuir uma extensa cobertura em balanço.

Dessa forma, o clube atualmente ocupa uma área aproximada de 27.500 m², onde são distribuídas as atividades de academia, basquete, futebol, futsal, handebol, hidroginástica, loja, natação, vôlei, bares e restaurantes, sauna e salão social. A organização espacial das áreas construídas e quadras se dá a partir do campo de futebol, conforme as etapas de construção descritas anteriormente. Atualmente o Sport Club tem sua sede e arquibancada tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Municipal (JUIZ DE FORA, 2017)⁵.

O Sport Club, não foi o primeiro clube de Juiz de Fora, mas refletia a elite do município à época: era um local para “ver e ser visto”, ponto de encontro das famílias mais abastadas,

⁵ O tombamento da antiga sede social e da arquibancada do Sport Club constam do decreto 10.871, de 11 de agosto de 2011, sob a justificativa de valor histórico, artístico, técnico e cultural. Os objetos de preservação abrangem as fachadas, a volumetria construtiva, a divisão interna e toda a composição do interior da antiga sede social, assim como a estrutura, a composição externa e a volumetria da arquibancada da agremiação (JUIZ DE FORA, 2017).

barões do café e grandes empresários das indústrias. Assim, a arquitetura do local refletia essa elite internacionalizada: a sede social do clube se enquadra ao estilo Art Déco, para representar a modernidade e a sofisticação através do rigor geométrico e do ritmo linear, empregando fortes elementos decorativos (NASCIMENTO, 2012).

3.2 ANOS 1950: CLUBE BOM PASTOR



Figura 3.3 | Clube Bom Pastor.

Fonte: Foto de Christiane Merhy Gatto, 2017.



Figura 3.4 | Implantação do Clube Bom Pastor.

Fonte: Desenho de Yann Okada sobre base de dados do arquivo digital da PJF de 2007.

O Clube Bom Pastor situa-se no bairro de mesmo nome, na região sul da cidade de Juiz de Fora. Trata-se de uma área predominantemente residencial, marcada por duas principais vias de acesso: a Avenida Procópio Teixeira e a Rua Senador Salgado Filho. É nesta última via que se dá

o acesso principal às dependências do clube – tanto ao setor administrativo, quanto ao social e à entrada lateral, utilizada no dia-a-dia pelos sócios.

Sua localização também é marcada pela presença da Igreja Bom Pastor e da Praça Presidente Médici (conhecida como Praça do Bom Pastor), adjacente a uma das laterais do clube e que, de certa forma, parece complementá-lo como área de lazer e recreação da população que vive em seu entorno. O outro limite lateral é feito pela Rua Coronel Mário Vilela.

As origens do bairro remetem ao momento em que Juiz de Fora se expandia para áreas na periferia imediata ao centro e o “morar moderno” passou a se materializar no nascente bairro Jardim Bom Pastor: “[...] vias largas, lotes de dimensões generosas, ruas arborizadas e equipamentos de lazer” (COLCHETE FILHO *et al.*, 2016, p. 50).

O projeto do loteamento, aprovado em 1950, tinha as primeiras ruas asfaltadas da cidade e sistema de rede de águas e esgotos subterrâneos, além de um projeto urbano e paisagístico. O projeto inicial já previa área para a criação de um clube social e recreativo no interior do bairro, um iate *club* ou um olímpico *club* e uma escola. A área onde hoje se localiza a praça do bairro havia sido uma lagoa, aterrada e abandonada até 1967 (FURTADO *et al.*, 1995).

O Clube surgiu antes mesmo da existência da sede, quando, em 1953, o Sr. José Monteiro de Magalhães Vianna reuniu um grupo de moradores para fundar o clube recreativo e social previsto no projeto de lançamento do Bairro Jardim Bom Pastor. Lançaram quinhões para construção da piscina, da sede e aquisição de mais terrenos para aumentar sua área. Realizou-se um concurso para o desenvolvimento do projeto arquitetônico, do qual saiu vencedor o arquiteto carioca Mário Augusto Fortini Pradez. Após a construção da sede, os moradores se cotizaram para adquirir mais dois terrenos para ampliação do clube, e a última área, junto à praça do bairro, foi doada pela Prefeitura Municipal. Nos terrenos adquiridos construíram-se o Ginásio Dr. Mário Eugênio Gomes Freire de Andrade, o parquinho infantil, o campo de peteca e o Ginásio José Monteiro de Magalhães Viana (COSTA, 2008).

O clube com área de 12.100 m², hoje, conta com dois ginásios poliesportivos, duas piscinas semiolímpicas e duas infantis, uma quadra poliesportiva, uma quadra de voleibol, um campo de futebol *society*, uma quadra de peteca, uma quadra de vôlei-mirim, *playground*, salão de festas, restaurante, bar, sauna, jardins, espaço para adolescentes (NASCIMENTO, 2012).

Sua arquitetura possui elementos marcadamente modernistas, linguagem predominante no momento em que sua sede foi construída. Este volume principal, que abriga a maior parte das áreas construídas, situa-se na cota mais alta do terreno, face à Rua Senador Salgado Filho. As demais áreas, como bar, piscinas, quadras e áreas recreativas, encontram-se em cota inferior, mesmo nível da praça Presidente Médici e da avenida Procópio Teixeira.

As atividades esportivas do clube têm grande destaque, principalmente para a natação, vôlei e basquete, futebol, handebol e ginástica olímpica, com intensa participação nos campeonatos municipais, estaduais, regionais e nacionais (COSTA, 2008; NASCIMENTO, 2012).

3.3 ANOS 1960: CLUBE DO PAPO



Figura 3.5 | Clube do Papo.

Fonte: Foto de Christiane Merhy Gatto, 2017.



Figura 3.6 | Implantação do Clube do Papo.

Fonte: Desenho de Yann Okada sobre base de dados do arquivo digital da PJF de 2007.

Diferentemente dos exemplares anteriores, o Clube do Papo localiza-se em uma região afastada do centro da cidade, a chamada Região Alta de Juiz de Fora. Trata-se de uma área com baixa densidade populacional, marcada pela implantação de condomínios residenciais fechados, que começaram a se instalar na região do entorno do Morro do Cristo na década de 1980. Desde então, inúmeros condomínios de casas de alto padrão se estabeleceram na região determinando um caráter de exclusividade ao local.

Da mesma maneira, a situação do Clube do Papo pressupõe este caráter exclusivo, desde o acesso às suas dependências até as escolhas projetuais do partido arquitetônico. Uma vez que o local é pouco abastecido por linhas de transporte público, acessa-se o clube prioritariamente em veículos particulares. A partir da via pública é necessário seguir por uma via privativa, em meio à extensa área verde que cerca o clube, até se alcançar as primeiras áreas construídas.

O programa do clube foi implantado de forma dispersa, de maneira a camuflar-se na vegetação e vencer os diferentes níveis da topografia em aclave. As quadras de esportes e áreas recreativas são entremeadas por um lago natural e mata nativa. No último platô, localizam-se o restaurante (primeira instalação construída) e as piscinas adulto e infantil com vista panorâmica para a cidade. De acordo com o arquiteto Jean Kamil, autor do projeto, em entrevista à revista do Clube do Papo, o clube foi pensado em função da natureza, para preservar o lago, a vista, a encosta e as árvores (ALBUQUERQUE, 1997).

A história do Clube do Papo começa em meados da década de 1960, com um grupo de profissionais liberais que se reunia frequentemente para jogar futebol. Numa das confraternizações resolveram idealizar um espaço para estender o convívio entre suas famílias. Simultaneamente, a firma JJ Engenharia S/A, da qual Jean Kamil era sócio, buscava um terreno para criar um clube como empreendimento comercial em Juiz de Fora. O arquiteto desejava realizar um projeto inspirado na convivência harmônica entre a natureza e as pessoas e, portanto, havia escolhido um dos pontos mais privilegiados da cidade: uma área no Morro do Cristo (ALBUQUERQUE, 1997).

Em fins da década de 1960 e início dos anos 1970, já estavam concluídas as piscinas adulto e infantil, a contenção para a piscina natural no lago, as quadras de futebol, o estacionamento e a estrutura da sede social e vestiários. Atualmente o clube possui 120 mil m² de área, contendo três campos de futebol, quadra poliesportiva, doze quadras de peteca, uma quadra de vôlei, uma de vôlei de praia, cinco quadras de tênis (três de saibro e duas rápidas), campo de bocha, salão de jogos (sinuca, tênis de mesa, okey-jogo turco, mesas de jogos e xadrez), sauna masculina e feminina, *playground*, duas piscinas (infantil e adulto), restaurante e trilhas (CLUBE DO PAPO, 2003). O entorno verde, os esportes e os eventos sociais são seus pontos de destaque.

A arquitetura de seus edifícios não exhibe traços evidentemente modernistas, mas partilha do preceito da integração com o entorno, possuindo grandes panos de vidro e poucas vedações. A vegetação promove sombreamento e temperatura amena no interior das áreas edificadas.

O clube, hoje, se situa na área de Preservação Ambiental Especial do Morro do Imperador e promove atividades de conscientização ambiental relacionando as trilhas existentes do Morro do Cristo ao Morro do Imperador, além de possuir um projeto ecológico de preservação da sua área.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a sociedade industrial cria-se uma separação entre espaço de lazer e ambiente de trabalho, fazendo com que, assim, surgissem locais apropriados para tipos específicos de atividades; dentre esses locais destacam-se os clubes recreativos de esporte e lazer.

A maior parte dos clubes origina-se da demanda de um grupo social, de uma comunidade ou até de uma cidade, na busca por um espaço apropriado para a socialização, para a prática de esporte e outros tipos de lazer. No entanto, esses espaços acabam por refletir também os diferentes grupos sociais presentes na sociedade e seus diferentes desejos e necessidades. Na história dos clubes de Juiz de Fora os imigrantes, os trabalhadores e os industriais deixaram suas contribuições, conforme apontamos anteriormente.

O programa de um clube recreativo em Juiz de Fora se configurou, a partir dos exemplares estudados, em salão social para eventos e festas, quadras de esportes (futebol, vôlei, basquete, tênis), piscinas, sauna, salas de jogos e recreação, bar e/ou restaurante, vestiários, banheiros, estacionamento. De forma geral, sua arquitetura original corresponde à produção arquitetônica do período em que foram construídos.

Nos últimos vinte anos, a tipologia dos clubes recreativos vem perdendo importância como equipamento de lazer e tem sido mais utilizada como espaço para eventos. Por um lado, os equipamentos de lazer relacionados ao esporte e à prática de exercícios físicos tornaram-se mais individualizados ou realizados em pequenos grupos, sendo oferecidos não apenas em academias de ginástica, mas também em condomínios habitacionais fechados (COLCHETE FILHO *et al.*, 2016) uni e multifamiliares instalados em bairros periféricos ao centro e aos principais clubes aqui levantados.

Os espaços sociais, como os salões de festas dos clubes estudados, ainda atendem ao propósito inicial da socialização, embora os eventos realizados não sejam apenas para sócios. De fato, os salões de festas dos clubes se tornaram uma importante fonte de renda para a manutenção de sua estrutura e vitalidade, dada a gradativa saída de sócios ao longo dos últimos anos.

Na atualidade, entretanto, este espaço de lazer ocupado pelos salões de festa não se restringe apenas aos clubes em Juiz de Fora. A forte demanda por espaços para a realização de eventos, como formaturas, casamentos e outros eventos sociais, exigiu a construção de novos espaços destinados especificamente a este uso. Assim, o programa arquitetônico que compunha a tipologia do clube tem sido fragmentado e vem sendo atendido por outros tipos de negócios.

Além disso, a própria ideia do que é lazer migrou, nos últimos anos, para os espaços de consumo, e os *shoppings centers* acabaram ocupando este espaço de socialização, lazer e entretenimento. De acordo com Braida e Oliveira (2016), os *shopping centers* localizados fora do Centro implantaram novas centralidades e instauraram novas possibilidades de lazer e de socialização.

Mais recentemente, a sociedade tem voltado sua atenção para os espaços livres urbanos e buscado realizar atividades a céu aberto em praças, parques, calçadões e praias. A cidade de Juiz de Fora já expressa essa tendência com a ocupação de seus espaços públicos aos finais de semana

para a realização de feiras e eventos ou para a prática de esportes e socialização: Parque da Lajinha, Museu Mariano Procópio, Parque Halfeld e Campus da UFJF são espaços que têm sido amplamente utilizados como equipamentos de lazer pela população.

Ao lançar luz sobre a importância dos clubes na configuração dos espaços urbanos e de sua capacidade de sinalizar o momento arquitetônico em que foram elaborados, as transformações apontadas neste trabalho convocam a uma reformulação do entendimento da função dos clubes como espaços exclusivos de convívio social e de realização de atividades relacionadas aos esportes coletivos.



Figura 3.7 | Mapa da localização dos clubes de Juiz de Fora.

Fonte: Desenho dos autores sobre base de dados do arquivo digital da PJF de 2007.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Klaus Chaves *et al.* (Org.). *Arquitetura e Urbanismo em Juiz de Fora: habitação, comércio, saúde e educação*. Juiz de Fora: FUNALFA/Ed. UFJF, 2016.

ALBUQUERQUE, Pilar Tenório *et al.* (Org.). *30 Anos de Papo – Edição Especial - Revista Comemorativa*. Juiz de Fora: Ace Assessoria de Comunicação Empresarial, 1997.

BONDUKI, N. (Org.). *Afonso Eduardo Reidy*. São Paulo: Editorial Blau/Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 2000. Disponível em: <http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1211>. Acesso em: 8 set. 2017.

BRAIDA, Frederico.; OLIVEIRA; Natália. M. G. de. Arquiteturas para o comércio em Juiz de Fora. In: ALBERTO, Klaus Chaves *et al.* (Org.). *Arquitetura e Urbanismo em Juiz de Fora: habitação, comércio, saúde e educação*. Juiz de Fora: FUNALFA/Ed. UFJF, 2016.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMARGO, Luiz O. Lima. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAPI, A. H. C. *Lazer e esporte nos clubes social-recreativos de Araraquara*. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências da Saúde. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/HTOIKXNPRWJO.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2017.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1965.

COLCHETE FILHO, Antonio; CARDOSO, Carina F.; MENEZES, Marluci. Habitação em Juiz de Fora: usos uni e multifamiliares em evidência. In: ALBERTO, Klaus Chaves *et al.* (Org.). *Arquitetura e Urbanismo em Juiz de Fora: habitação, comércio, saúde e educação*. Juiz de Fora: FUNALFA/Ed. UFJF, 2016. p. 29-63.

COSTA, Maria José Monteiro da. *Girassóis*. Juiz de Fora: Editar, 2008.

CLUBE DO PAPO. Disponível em: http://www.clubedopapo.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&catid=4&Itemid=6. Acesso em: 04 set. 2017.

CLUBE DO PAPO Revista, *Papo Aberto*. Juiz de Fora: Trapézio Comunicação, 2002.

CLUBE DO PAPO Revista, *Clube do Papo: 44 anos*. Juiz de Fora: Trapézio Comunicação, 2010.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *O seu município em números 2016*: Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/downloads/folders/eleicao2016/31/3136702.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

JUIZ DE FORA. Prefeitura. Disponível em: www.pjf.gov.br/administracao_indireta_funalfa_patrimonio_arquivos_imoveis_tombados_300317.pdf. Acesso em: 29 set. 2017.

MACEDO, Carmen Cinira. Algumas observações sobre a questão da cultura do povo. In: VALLE, E. QUEIROZ, J. J. (Org.). *A cultura do povo*. São Paulo: EDUC, 1979.

MEZZADRI, Fernando M. As práticas esportivas nos clubes do Paraná. *Revista Conexões: Educação, Esporte, Lazer, Campinas*, n. 3, p. 103-110, 1999.

NAPOLITANO, Marcos. *História da República*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

NASCIMENTO, Saint'Clair L. *Os Clubes de Juiz de Fora e suas histórias fascinantes*. Juiz de Fora: Sindicato de Clubes Culturais, Recreativos, Esportivos e Sociais do Estado de Minas Gerais – SINDICLUBES-MG, 2012.

PASTRE, Marcelo. O clube curitibano: representações do “plus” de educação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR X. 2007, Campinas. *Anais eletrônicos...*, Campnas, 2007. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Marcelo_Pastre.pdf. Acesso em: 22 ago. 2017.

SANTANA, Rodrigo; PUGLIESI, Stella. *Arquitetura moderna em Juiz de Fora: a contribuição de Arthur Arcuri*. Juiz de Fora: Funalfa, 2002.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmo e ritos do Rio. In: VVAA. *História da Vida Privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SPORT CLUB. Disponível em: <http://www.sportclubjf.com.br>. Acesso em: 25 set. 2017.

MUSEUS EM JUIZ DE FORA: ARQUITETURAS DA MEMÓRIA

FREDERICO BRAIDA
GUILHERME RAGONE

O museu é a casa dos objetos dos homens, fabricados ontem, hoje, aqui ou alhures. Nele, Tempo e Espaço são abolidos. Na idade do efêmero e do consumismo, o museu conserva para amanhã. Aí residem sua singularidade, seu papel e seu objetivo. Mas essas insubstituíveis coleções de objetos originais bi ou tridimensionais são tão inúteis ao visitante quanto um livro nas mãos de um analfabeto se não forem expostas de modo a serem compreendidas ou amadas.
(GIRAUDY; BOUILHET, 1990, p. 14).

1 INTRODUÇÃO

Os museus são instituições permanentes, que não possuem fins lucrativos e estão a serviço da sociedade, abertas ao público, adquirindo, conservando, investigando, comunicando e expondo o patrimônio material e imaterial da sociedade, com fins de educação, estudo e lazer (IBRAM, 2009). Essa definição apresentada pelo órgão responsável em promover a cooperação, a assistência e o intercâmbio de informação entre os museus – o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) – expressa como a instituição em questão é complexa e possui uma heterogeneidade que pode ser estudada sob diversos aspectos. Segundo o verbete de dicionário, o museu é um “lugar destinado ao estudo das ciências e das artes”, um “lugar onde se reúnem curiosidades de qualquer espécie ou exemplares científicos, artísticos” (MUSEU, 2017).

Do ponto de vista etimológico, o termo museu vem do latim *museum*, que por sua vez se origina do grego *mouseion*, denominação na antiga Grécia do templo ou santuário das musas (KIEFER, 2000). Giraudy e Bouilhet (1990) consideram o modelo de museu mais antigo do mundo, um armazém chinês, chamado *Shâshoi*. Já Gaspar (1993) afirma que o primeiro museu que se tem notícia foi criado por Ptolomeu I: o Museu de Alexandria, em 331 a.C. Na Roma antiga, o *museum* era um cômodo da *villa* reservado às reuniões filosóficas. Em Roma, tem-se o local de surgimento dos museus como nós os entendemos nos dias de hoje (GIRAUDY; BOUILHET, 1990).

Quase 1800 anos depois, “no Renascimento, os humanistas começam a reunir coleções profanas para as quais, pela primeira vez, se constroem um invólucro especialmente para estudo,

meditação ou contemplação da arte armazenada” (GIRAUDY; BOUILHET, 1990, p. 23). Kiefer (2000) define esses espaços como locais onde se reúnem objetos diversos, animais, curiosidades inventados pelo homem ou criados pela natureza.

No século XX, ocorreu a proliferação dos museus e, com ela, uma demanda pela organização tanto das instituições quanto dos conhecimentos aplicados a elas. De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM), o termo museu designa qualquer estabelecimento permanente que objetiva conservar, estudar, valorizar e expor, para o prazer e educação do público, um conjunto de elementos de valor cultural (ICOM, 1951 *apud* POULOT, 2013).

Segundo Veiga (2013), no século XXI, o ICOM classifica os museus de acordo com os assuntos e características do acervo, seguindo algumas tipologias: museus de arte, museus de história natural, museus de etnografia e folclore, museus históricos, museus das ciências e das técnicas, museus das ciências sociais e serviços sociais, museus do comércio e das comunicações.

A definição de museu na contemporaneidade perpassa pela proliferação de outro bem destinado à preservação da cultura, os centros culturais e os memoriais. Um conjunto grande de itens que caracterizavam e distinguiam os centros culturais dos museus, como, por exemplo, a singularidade da diversidade das atividades oferecidas e da multidisciplinaridade do corpo de funcionários, foram incorporados pelos museus, assim, não os diferenciando mais (DABUL, 2008).

Com um interesse cada vez maior pela cultura por parte da sociedade, surgiu, como resposta, uma maior acessibilidade ao consumo desses bens, exigindo, do ponto de vista da arquitetura, uma transformação da configuração espacial e da inserção urbana.

Nesse sentido, é atualmente pouco razoável conceber a cultura como uma propriedade natural, autêntica e essencializada, de populações espacialmente circunscritas, uma vez que o mundo da contemporaneidade se configura como um mundo de cultura em movimento, de hibridação, em que sujeitos e objetos se desvincularam de localidades particulares para se reconfigurarem num espaço e tempo globais (ANICO, 2005, p. 72).

Questões sobre as identidades e as resistências culturais locais têm sido elevadas à condição de arte a ser consumida pelos agentes de mercado, bem como pelo turismo. O hibridismo domina o cenário das cidades que se projetam globalizadas, transformando-as cada vez mais em bricolagens de várias temporalidades e espacialidades. Nesse contexto, o debate sobre território e comunidade se acirra, quando todas as manifestações lutam por um espaço na cidade.

Tais questões supracitadas, de certa forma, também se manifestam em Juiz de Fora/MG, cidade na qual se faz presente mais de uma dezena de museus, inclusive de importância nacional. Portanto, em diálogo com a história dos museus, tanto no exterior quanto no Brasil, neste capítulo, lançamos luz sobre três instituições juiz-foranas, a saber: o Museu Mariano Procópio (MAPRO), de 1915, localizado em um edifício de 1861 e 1922, o Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), de 2005, abrigado na antiga reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), de 1966, e o Memorial da República, de 2015. A escolha desses três objetos de estudo advém da relevância de

seus acervos e das arquiteturas que os abriga, tendo três exemplares com características distintas e estilos pertencentes a estratificações temporais diferentes de construção.

2 OS MUSEUS NO MUNDO

Com o intuito de sistematizar historicamente os museus no mundo, optou-se por seguir os conceitos de Poulot (2013) e Kiefer (2000), que consideram a criação dos museus, como entendemos hoje, no século XVII e XVIII, chamados de museus nacionais.

“O que fora divertimento exclusivo de uma aristocracia ociosa, acessível apenas a alguns privilegiados, agora podia ser apropriado pela burguesia e disseminado de forma maciça” (GHIRARDO, 2002, p. 82). A partir daí, “uma nova ideia começava a tomar corpo: se as galerias-museus eram abertas ao público, deveriam constituir edifícios independentes. O passo decisivo para a criação dos museus nacionais estava dado” (FABIANO JUNIOR, 2010, p. 26).

Sua arquitetura, que norteou projetos de museus até o século XIX, pautava-se pela busca da aparência semelhante aos edifícios gregos ou romanos, com o emprego de frontões sobre pórticos ou colunas, o corpo maciço decorado, opondo-se ao Barroco e ao Rococó (FABIANO JUNIOR, 2010). As alterações também se davam em seu conteúdo: as exposições das artes eram, até então, desordenadas e caóticas. Demandava-se, portanto, uma classificação e organização desse acervo, alterando também a espacialidade desses locais (GIRAUDY; BOUILHET, 1990).

A transição do século XIX para o XX foi marcada por críticas sobre a forma como os museus nacionais lidavam com seus objetivos. O amontoamento de salas e a dificuldade de comunicação com o público fizeram surgir outro conceito de museus, os Museus Modernistas (FABIANO JUNIOR, 2010; KIEFER, 2000).

Acusados de serem espaços voltados para a cultura das elites e para os grandes fatos e personagens da história, os museus modernistas começaram a refletir sobre questões ligadas à vida cotidiana. Sobre a preservação do meio ambiente, a ecologia, as memórias de grupos sociais mais diversos e minoritários e a utilização do patrimônio para o desenvolvimento das comunidades (SUANO, 1986). Esses espaços eram transparentes, articulados, flexíveis e transformáveis, diferenciando-se dos objetos sólidos e fechados do século XIX (GIRAUDY; BOUILHET, 1990).

A alteração conceitual no viés cultural possuiu alguns marcos importantes. São eles: o Impressionismo na França, em 1874, a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, e o surgimento e o aprimoramento de novas tecnologias, tendo como rebatimento uma mudança no mundo das artes e na maneira como expor. Kiefer (2000) e Montaner (2003) ressaltam o Cubismo de Picasso, em 1912, e o mictório de Duchamp, em 1917, como marcos da alteração artística e cultural da virada do século.

Guimaraens (2012) afirma que os questionamentos referentes aos percursos labirínticos e confusos, ao abstracionismo, à cenografia e à desconexidade dos cubos brancos e das caixas neutras

dos museus modernistas fizeram surgir uma nova tipologia de museus no final do século XX: o museu contemporâneo. Tal arquitetura perdura até os dias atuais.

Na década de 1970, já com a imagem do museu consolidada como obra de arte, tem-se o destaque para duas instituições: o Centre Georges Pompidou, em Paris, de Renzo Piano + Richard Rogers, e a Neue Staatsgalerie em Stuttgart, na Alemanha, de James Stirling. Essas obras simbolizaram a ruptura entre a arquitetura moderna de museus e a contemporânea, introduzindo novos conceitos nessa tipologia (KIEFER, 2000).

Somente nos anos 80, com a onda renovadora de museus, é que vão ser incluídas as demandas museológicas cientificamente definidas. É neste período que os museus deixam de ser simples galerias de exposição [...] e os arquitetos passam a enfrentar com muito mais rigor toda a complexidade do programa museu, deixando que se perceba [...] um paradoxo entre o discurso funcionalista *dos verdadeiros modernistas* e sua prática (KIEFER, 2002, p. 22).

Meira (2014, p. 59) afirma que, devido às mudanças de ordem culturais e econômicas, deu-se o início da “cultura de museus”, tendo como uns dos sintomas a arquitetura icônica e midiática, sendo impossível dissociar o museu contemporâneo da globalização cultural. Juntamente com esse apelo econômico e a inserção de atividades geradoras de lucro, alguns museus contemporâneos possuem caráter monumental, acentuando sua cenografia no contexto urbano como chamariz turístico e objeto de transformação e renovação urbana (MONTANER, 1991 *apud* GUIMARAENS, 2015).

Como se vê, as funções dos museus na contemporaneidade são múltiplas (RAGONE, 2018). As funções desempenhadas pelos museus vão além do aspecto colecionista e preservacionista, ultrapassam as dimensões educativas e de entretenimento, e chegam a estar a serviço do *marketing* e da construção simbólica de uma imagem para um lugar. Todas essas questões fazem dos museus instituições complexas e de relevância no cenário da cultura contemporânea.

3 OS MUSEUS NO BRASIL

No século XIX, consagrou-se o fenômeno “museu” na Europa. No Brasil, ressalta-se a inauguração de um dos primeiros museus da América do Sul, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1818 (VEIGA, 2013). Nesse contexto, com a instalação de bens ligados à cultura, influenciados pela tradição europeia, os museus possuíam uma postura coletora, classificatória e tipológica, por meio dos viajantes estrangeiros, que, ao chegarem ao Brasil para estudar sua flora, fauna e etnologia, impulsionaram a pesquisa no país (ELIAS, 1992). “Duas instituições culturais, de iniciativa de Dom João VI, iniciariam esse processo: a Escola Nacional de Belas Artes (fundada em 1815 como Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios) e o Museu Nacional do Rio de Janeiro” (VEIGA, 2013, p. 23).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao caráter acadêmico dos museus do período. Os relatos mostram que esses museus, durante o Império, estiveram mais voltados para a pesquisa

do que para o grande público, tendo, assim, um viés educativo para uma elite seleta, sendo locais fechados e elitizados (SANTOS, 2004).

No século XX, no ano de 1922, deu-se a criação do Museu Histórico Nacional, rompendo com a tradição enciclopédica, inaugurando um modelo de museu consagrado à pátria e à história (JULIÃO, 2006). Marca-se, assim, um novo período na concepção dos museus brasileiros. Cita-se o Museu Nacional de Belas Artes, em 1937, o Museu Imperial, criado em 1940, e o Museu da Inconfidência, em 1944. Politicamente, nesse contexto, o Brasil viveu duas ditaduras: Era Vargas (1937-1945) e o Golpe Militar (1964-1985), gerando impactos na criação de espaços culturais (VEIGA, 2013).

Com o fortalecimento do modernismo da arquitetura nacional, nota-se uma mudança substancial na concepção social dos museus, uma vez que os antigos mártires foram substituídos por figuras de cunho popular, aproximando as instituições das camadas mais populares e abrindo os museus para a sociedade (CAVALCANTI, 1999). O primeiro exemplar construído desse período arquitetônico foi o Museu das Missões no Rio Grande do Sul, por Lúcio Costa, em 1940.

Nos anos subsequentes, pode-se mencionar o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), projetado por Lina Bo Bardi, em 1968, e localizado na Avenida Paulista. Insere-se como uma caixa de vidro sustentada por uma estrutura de concreto protendido com um grande vão livre sobre uma praça com vistas para o entorno, sendo local privilegiado para manifestações políticas e culturais (CASELLATO, 1995).

Efetivamente, à diferença de outros países latino-americanos, o Brasil concedeu, desde os anos cinquenta, grandes importância à arquitetura de museus, com predominância, essencialmente, de dois modelos iniciais: por um lado, as formas escultóricas e líricas de Oscar Niemeyer [...] e por outro, as formas de grandes praças cobertas que João Vilanova Artigas propôs inicialmente para edifícios públicos, como a FAU de São Paulo, Brasil (1961), que tinha como modelo os museus e grandes pavilhões de Mies van der Rohe (MONTANER, 2003, p. 31).

Na virada do século XX para o século XXI, tem-se, no país, a construção e consolidação de importantes instituições. Destacam-se o projeto do Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC), em 1996, a Fundação Iberê Camargo, em Porto Alegre, de Álvaro Siza, em 1998, a intervenção de Paulo Mendes da Rocha na Pinacoteca de São Paulo, em 1999, quando se observa que os arquitetos brasileiros desfrutam de uma grande liberdade projetual e dão à sua arquitetura uma dimensão inusitada (KIEFER, 2000).

Ressalta-se, também, os *retrofits* de edifícios tombados, adequando-os aos novos usos. Cita-se o Museu de Minas e Metais e o Memorial Minas Gerais da Vale, em Belo Horizonte, e o Museu de Arte do Rio (MAR), no Rio de Janeiro. Os ecomuseus e os museus comunitários nas zonas periféricas são outra tendência observada no país, tendo como exemplos o Museu da Favela (MUFA), em Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, e o Museu da Maré (POSSAMAI, 2010).

Em síntese, a arquitetura brasileira de museus caracteriza-se por ser recente, se comparada aos exemplos europeus. Ela possuiu seu apogeu no modernismo, em que exemplares como o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM) e o MASP se sobressaíram no cenário internacional.

Após um breve hiato, no final do século XX, esse potencial projetual cultural se renovou e produziu museus como o Museu Rodin Bahia, em 2006, e o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, em 2015.

4 OS MUSEUS EM JUIZ DE FORA

Segundo dados de 2010 do IBRAM (2011), Minas Gerais possui 319 museus, sendo o terceiro estado com maior número de instituições no Brasil, atrás de São Paulo (517) e do Rio Grande do Sul (397). Juiz de Fora, assim como a maioria das cidades interioranas brasileiras, caracteriza-se por uma produção arquitetônica de museus de forma heterogênea, tendo o Museu Mariano Procópio, de 1915, como o pioneiro em Minas Gerais (COSTA, 2005).

A produção de locais específicos para o armazenamento de arte em Juiz de Fora inicia-se no ano de 1915, com a inauguração do Museu Mariano Procópio, e tem como o exemplar mais recente, o Memorial da República, erguido em homenagem ao ex-presidente Itamar Franco, datado de 2015. Ressalta-se que, dos 17 locais destinados às exposições na cidade, nove são mantidos pela UFJF, evidenciando o papel de difusão cultural e social desempenhado pela universidade.

Museu	Ano museu	Ano const.	Local	Mantenedor
Memorial da República	2015	2015	Centro	UFJF
Espaço Cultural dos Correios	2007	1935	Centro	Correios
Museu de Arte Murilo Mendes	2005	1966	Centro	UFJF
Museu de Malacologia Professor Maury Pinto de Oliveira	2004	-	Campus universitário	UFJF
Museu dinâmico de ciência e tecnologia da UFJF	1999	-	Centro	UFJF
Museu de odontologia ABO/JF	1999	-	Vitorino Braga	ABO
Museu Granbery	1993	1903	Granbery	Granbery
Museu de História Natural CES/Academia	1989	1891	Centro	Academia de comércio
Centro Cultural Bernardo Mascarenhas	1987	1888	Centro	Funalfa
Museu de arqueologia e etnologia americana da UFJF	1986	-	Campus universitário	UFJF
Museu Ferroviário de Juiz de Fora	1985	Séc. XX	Centro	Funalfa
Museu Usina Marmelos – Zero	1983	1889	Retiro	Cemig
Fórum da Cultura / Museu da Cultura Popular	1972	Década de 1920	Centro	UFJF
Museu de Farmácia Professor Lucas Marques do Amaral	1972	-	Campus universitário	UFJF
Museu do Crédito Real	1964	1931	Centro	-
Museu herbário CesJ	1940	-	Campus universitário	UFJF
Museu Mariano Procópio	1915	1861 e 1922	Mariano Procópio	MAPRO

Quadro 4.1 | Os museus da cidade de Juiz de Fora.

Fonte: Guilherme Ragone, 2018.

Na cidade, destaca-se o Museu Marmelos Zero, instalado na primeira usina hidrelétrica da América do Sul, em 1889, que foi construída por iniciativa de Bernardo Mascarenhas, que desejava utilizar energia hidrelétrica em sua fábrica e na iluminação da cidade (CROCE, 2014). O museu possui acervo ligado à época de seu funcionamento como usina, com objetos pertencentes a Bernardo Mascarenhas, como livros de ata e contabilidade, documentos, máquinas diversas, além de acervo fotográfico (JUIZ DE FORA, 2016).

Cita-se também, o Museu do Crédito Real, criado para preservar e difundir a história do Banco do Crédito Real, a mais antiga instituição bancária de Minas Gerais, criada em 1889. Sua arquitetura é do final da década de 1920, construída pela Construtora Pantaleone (MINAS GERAIS, 2018). Seu acervo é composto por documentação bancária, constituída de registros de empréstimos e financiamentos, relatórios anuais, escrituras, notas promissórias, apólice de dívida federal, dentre outros objetos (MINAS GERAIS, 2018).

Diante de um cenário diversificado de museus, e sem desconsiderar a relevância dos demais, destacam-se três instituições neste capítulo: O Museu Mariano Procópio, o Museu de Arte Murilo Mendes e o Memorial da República.

4.1 O PIONEIRISMO DE MARIANO PROCÓPIO

Segundo Costa (2005), em 1915, Alfredo Ferreira Lage transformou a Villa Ferreira Lage, edifício projetado em 1861 pelo arquiteto alemão Karls Gambs, em museu particular. Além da vila, a área é constituída pelo Prédio Mariano Procópio, erguido em 1922, e aberto ao público no mesmo ano.

A construção da *Villa* remete ao intuito de hospedar o imperador D. Pedro II e sua comitiva na inauguração da Estrada União Indústria, em 1861. Porém, há indícios de que, embora a maior parte da obra estivesse finalizada, a decoração interna não ficou pronta a tempo, o que levou a hospedá-los na casa antiga. Entretanto, a família imperial retornou à *Villa* em outras três oportunidades, fato revelador da proximidade política de Mariano com a Corte (COSTA, 2005, p. 16).

Mariano Procópio, definido como homem vanguardista, provavelmente contratou o paisagista francês Auguste Marie Glazou para projetar o jardim do parque Mariano Procópio, com características inglesas, comum ao estilo paisagístico do século XIX. Sendo chamado pelo naturalista suíço Jean Louis Agassiz, como o “paraíso dos trópicos” (DELPHIN, 2007, p. 132). O conjunto do museu e do parque se notabiliza pela junção da natureza com a arquitetura, sendo local de refúgio na cidade para práticas de esportes, ócio, lazer e cultura, bem como pelas várias temporalidades existentes que se harmonizam no contexto do museu.

Seu acervo é composto por 45 mil objetos, entre pinturas, esculturas, livros raros, documentos, fotografias, mobiliário, prataria, armaria, indumentária, porcelana e peças de história natural. É considerado um dos maiores acervos do período imperial, tendo a obra de Pedro Américo, intitulada “Tiradentes esquartejado”, de 1883, como peça principal (COSTA, 2005, p. 20).



Figura 4.1 | Museu Mariano Procópio, Fachada da Villa (à esquerda) e do edifício Mariano Procópio (à direita).

Fonte: Fotos de Guilherme Ragone, 2017.

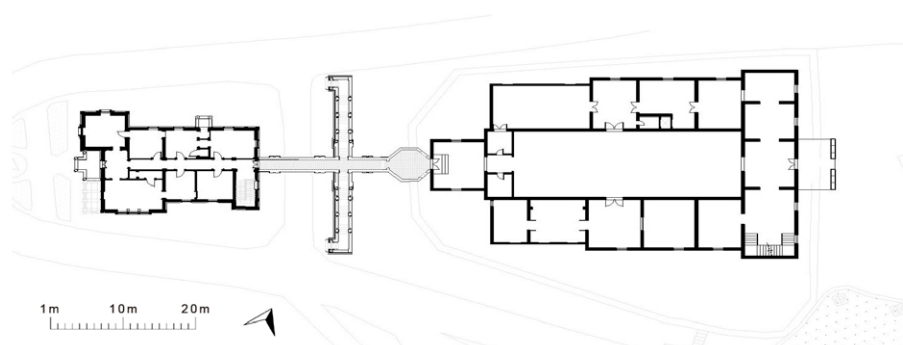


Figura 4.2 | Plantas do 2º pavimento da Villa Ferreira Lage à esquerda, passagem de ligação e 1º pavimento do edifício Mariano Procópio à direita.

Fonte: Desenho de Cleyton Rosa sobre base de dados do arquivo digital da PJF de 2007.

4.2 O MODERNISMO DE MURILO MENDES

O edifício do Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM) foi projetado pelo arquiteto Décio Bracher, em 1966, com o intuito de sediar a reitoria da UFJF. Em 2005, foi transformado em museu para guardar e expor a vida e obra do poeta Murilo Mendes. Para a transformação, houve uma requalificação do espaço, a fim de atender às demandas pertinentes ao museu. “O projeto foi elaborado pelo arquiteto Sebastião Lopes que, demonstrando grande preocupação com o valor arquitetônico e histórico da edificação, procurou revitalizá-la preservando todos os seus elementos arquitetônicos originais” (MARQUES, 2016, p. 11).

A diferenciação do museu perante seu entorno se dá pela sua arquitetura com traços modernistas, sendo majoritariamente horizontal e implantada no centro do terreno, trazendo respiro para uma área densificada como a região central juiz-forana. O edifício possui pele de vidro descolada do corpo, pilotis no pavimento térreo e linhas ortogonais em sua fachada. Outro destaque refere-se ao fato de abrigar o acervo do poeta Murilo Mendes, um dos mais expressivos de Arte Moderna do Brasil, tendo obras de Picasso, Ismael Nery e Miró, além de obras literárias do próprio Murilo Mendes (MARQUES, 2016).



Figura 4.3 | MAMM, fachada principal e interior.

Fonte: Fotos de Guilherme Ragone, 2017.

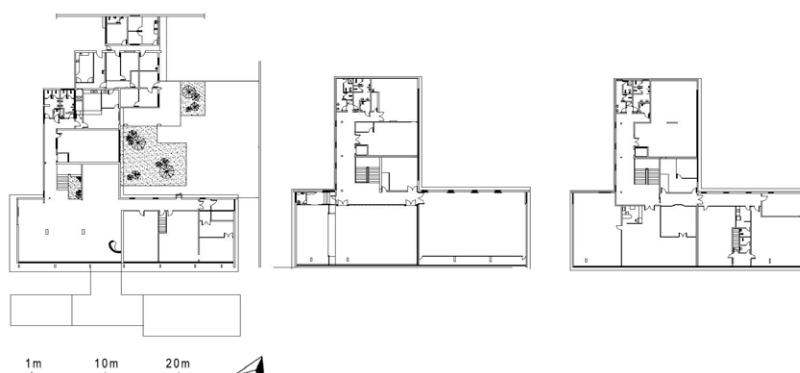


Figura 4.4 | Planta dos 1º, 2º e 3º pavimentos do MAMM, mostrando as salas expositivas e a configuração espacial da arquitetura.

Fonte: Desenho de Guilherme Ragone sobre base de dados do arquivo digital da PJF de 2007.

4.3 O MEMORIAL DEDICADO À REPÚBLICA

O Memorial da República surgiu por meio da iniciativa do Instituto Itamar Augusto Franco, foi erguido ao lado do MAMM e criado em 2002 para salvaguardar e expor o acervo dedicado à vida do ex-presidente da república, em parceria com a UFJF. Criou-se, assim, uma rede de conexões em prol da história política, da arte e da literatura na cidade de Juiz de Fora. Ao acolher o acervo, constituído por documentos e imagens, biblioteca e objetos pessoais, o memorial visa difundir o ensino, a pesquisa, a extensão e a cultura (MEMORIAL DA REPÚBLICA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, [s.d.]).

O projeto, realizado pelo escritório Mascarenhas Arquitetos Associados, no ano de 2014, possui exploração formal referente à arquitetura moderna brasileira, metaforizando solidez, simplicidade e transparência, além de trazer um diálogo com seu entorno imediato. A arquitetura é dividida em dois blocos distintos: o primeiro destina-se à memória do presidente e espaço projetado para exposições temporárias; o outro bloco abriga biblioteca, arquivos e espaço para pesquisadores (MEMORIAL DA REPÚBLICA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO, [s.d.]).



Figura 4.5 | Fachadas do Memorial da República.

Fonte: Fotos de Guilherme Ragone, 2017.



Figura 4.6 | Plantas dos 1º e 2º pavimentos do Memorial da República, mostrando sua configuração espacial.

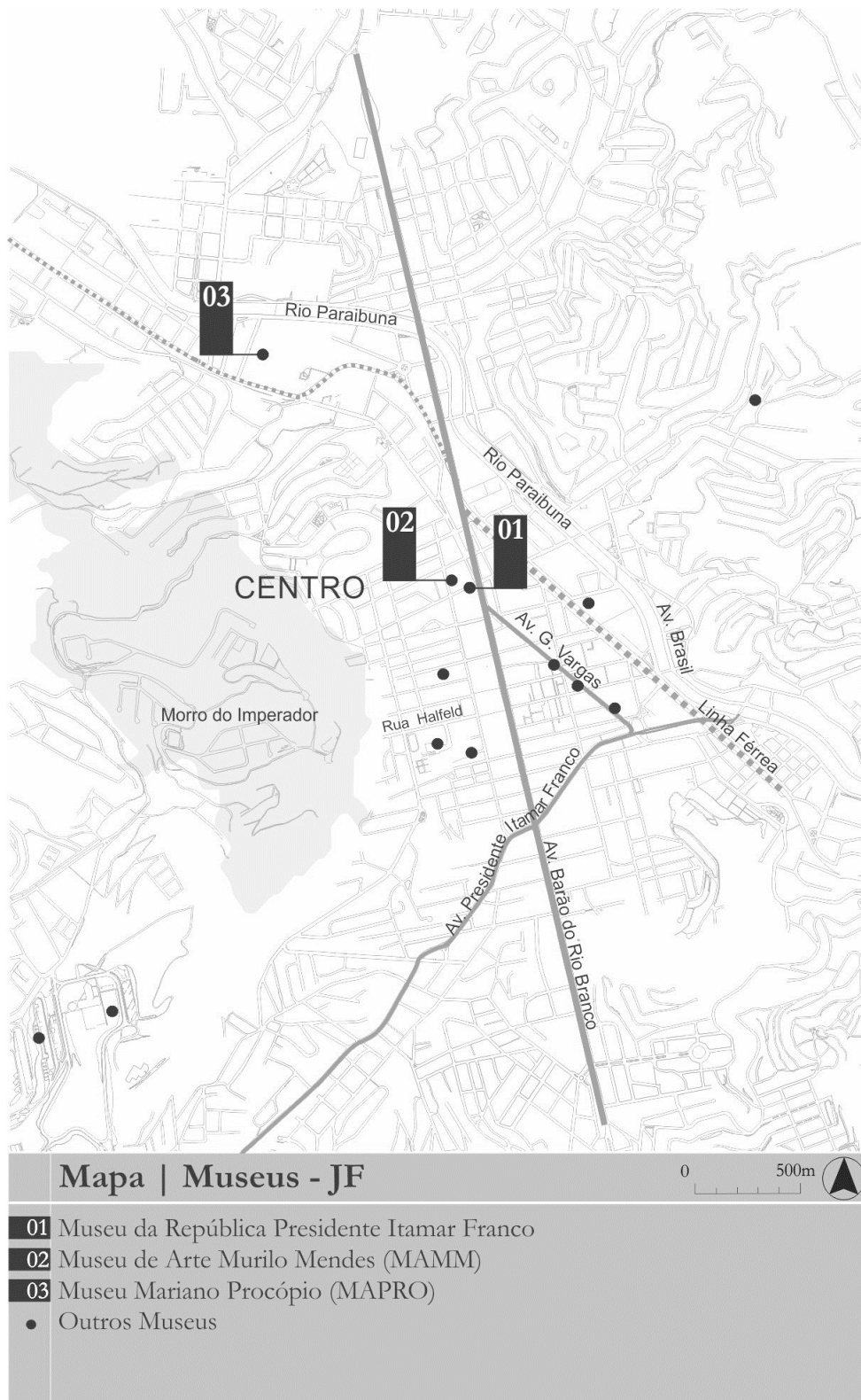
Fonte: Desenho de Guilherme Ragone sobre base de dados do arquivo digital da PJF de 2007.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a cidade a partir de suas instituições culturais é entender como os museus dialogam com o espaço onde se inserem e com a sociedade que os constroem e os matêm. Assim, os museus, além de guardar as memórias do passado, nos convidam a olhar para o futuro.

Em Juiz de Fora não é diferente. Parte da história da cidade e de seus personagens pode ser revivida e compreendida a partir das visitas aos museus. Portanto, os museus contribuem para a preservação do patrimônio artístico e cultural do povo juiz-forano e se configuram como espaços de cultura, educação, pesquisa, lazer e entretenimento na cidade.

Ao voltamos nossa atenção para os edifícios dos museus de Juiz de Fora, encontramos exemplares arquitetônicos pertencentes a diversos períodos históricos, cada qual conservando diferentes partes e fragmentos da história da nossa cidade. Apesar da quase inexistência de arquiteturas construídas exclusivamente para esse fim, os edifícios dos museus também se convertem em objetos relevantes para a cidade e, cada um, em sua individualidade, denota o *Zeitgeist*, o espírito de sua época.



Autor: Cleyton Silva Rosa (2019), Ágora | Fonte: Adaptado de arquivo digital da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 2007

Figura 4.7 | Mapa dos museus na cidade de Juiz de Fora.

Fonte: Desenho de Cleyton Rosa sobre base de dados do arquivo digital da PJJ de 2007.

REFERÊNCIAS

ANICO, Marta. A pós-modernização da cultura: patrimônio e museus na contemporaneidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, UFRGS, v. 11, n. 23, p. 71-86, jan./jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100005. Acesso em: 20 dez. 2018.

CASELLATO, Cristiana. *Arquitetura de museus*, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o estado novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

COSTA, Carina. *Uma casa e seus segredos: a formação de olhares sobre o Museu Mariano Procópio*, 2010. Dissertação (Programa de pós-graduação em história, política e bens culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

CROCE, Joana. Juiz de Fora e o Caminho Novo: uma análise sobre a gestão pública do turismo e do patrimônio. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29. *Anais...* Natal: UFRN, 2014. Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401750281_ARQUIVO_Joanna-JuizdeFora eoCaminhoNovo\(ArtigoRBA\).pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401750281_ARQUIVO_Joanna-JuizdeFora eoCaminhoNovo(ArtigoRBA).pdf). Acesso em: 10 dez. 2018.

DABUL, Lígia. Museus de grandes novidades: os centros culturais e seus públicos. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 14, n. 29, p. 257-278, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832008000100011. Acesso em: 10 dez. 2018.

DELPHIM, Carlos. O parque Mariano Procópio. *Leituras Paisagísticas: teoria e práxis 2. Tradição e renovação, a contribuição de Glaziou para a memória do paisagismo no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; Rio Books, 2007.

ELIAS, Maria. Revendo o nascimento dos museus no Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 2, p. 139-145, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109001/107482>. Acesso em: 10 dez. 2018.

FABIANO JUNIOR, Antonio. *Museus no Brasil: estudos sobre a Fundação Iberê Camargo e o Parque Nacional Serra da Capivara*, 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GASPAR, Alberto. *Museus e centros de ciências: conceituação e proposta de um referencial teórico*, 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GHIRARDO, Diane. *Arquitetura contemporânea: uma história concisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri. *O museu e a vida*. Rio de Janeiro: Fundação nacional pró-memória; Porto Alegre: Instituto estadual do livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GUIMARAENS, Cêça. Para uma historiografia da arquitetura de museus. In: GUIMARAENS, Cêça (Org.). *Museografia e arquitetura de museus: conservação e técnicas sensoriais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

GUIMARAENS, Cêça. Sobre as morfologias históricas da arquitetura de museus. In: GUIMARAENS, Cêça; RANGEL, Vera; BERTOTTO, Márcia (Orgs.). *Museologia social e cultura*. Rio de Janeiro: Rio Books, 2015.

IBRAM. *Guia dos museus brasileiros*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

IBRAM. *O que é museu*, 2009. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/o-que-e-museu/>. Acesso em: 18 fev. 2018.

JUIZ DE FORA (Prefeitura). *A cidade: museus e centros culturais*, 2016. Disponível em: <https://pjf.mg.gov.br/cidade/museus.php>. Acesso em: 18 fev. 2018.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. *Caderno de diretrizes museológicas*, 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura / IPHAN/ Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

KIEFER, Flávio. Arquitetura de museus. *Arqtexto*, Porto Alegre, PROPAR, v. 1, n. 1, p. 12-25, 2000. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_1/1_Kiefer.pdf. Acesso em: 5 fev. 2018.

MARQUES, Aline. A antiga sede da reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora: entre a história e a maquete. *CES Revista*, Juiz de Fora, CES, v. 30, n. 1, p. 5-24, 2016. Disponível em: https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/827/pdf_63. Acesso em: 10 dez. 2018.

MEIRA, Marcel. *A cultura dos novos museus: arquitetura e estética na contemporaneidade*. Tese (Doutorado em filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MEMORIAL DA REPÚBLICA PRESIDENTE ITAMAR FRANCO. *Instituição*. [s.d.]. Site. Disponível em: <http://mrpitamarfranco.com.br/n/instituicao/>. Acesso em: 3 jul. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura. *Museu do Crédito Real*, 2018. Site. Disponível em: <http://www.cultura.mg.gov.br/instituicoes/museus/museu-do-credito-real>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MONTANER, Josep Maria. *Museus para o século XXI*. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

MUSEU. In: FERREIRA, Aurélio. *Dicionário da língua portuguesa online*, 2017. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/museu>. Acesso em: 18 fev. 2018.

POSSAMAI, Zita. Museu na cidade: um agente de mudança social e desenvolvimento? *Museologia e patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 36-41, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/92/133>. Acesso em: 20 dez. 2018.

POULOT, Dominique. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RAGONE, Guilherme. *As funções dos museus contemporâneos*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, v. 19, n. 55, p. 53-73, jun., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n55/a04v1955.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VEIGA, Ana Cecília. *Gestão de projetos de museus e exposições*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.

A ESPACIALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM JUIZ DE FORA

KLAUS CHAVES ALBERTO
MARA MEDINA BASTOS
THAÍSA BARBOZA DE SOUZA
ANA CLARA CARVALHO TOURINHO

*Eu não posso ensinar nada a ninguém,
eu só posso fazê-lo pensar.
(SÓCRATES, 470/ -399).*

1 INTRODUÇÃO

A história do ensino se confunde com a história dos espaços educacionais. Assim, no período medieval, inicia-se tanto a formação das primeiras universidades quanto a formação dos primeiros territórios universitários⁶. Essas universidades pioneiras, frequentemente, não possuíam uma sede apropriada, as aulas eram ministradas em casas alugadas pelos mestres e nas igrejas e conventos aconteciam os exames e assembleias. Mesmo assim, essa instituição foi se construindo gradativamente, ganhando mais independência e disseminando conhecimento por toda a Europa. O fim do período medieval assinalou os primórdios das universidades na sua conceituação contemporânea (RIBEIRO, 2008).

No século XVI, as universidades chegam às Américas, especificamente na América Espanhola e na América do Norte. No Brasil, esse processo foi muito mais lento. A primeira universidade só foi instuída em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, mesmo assim, sua estrutura foi o resultado da simples reunião da Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito sob a tutela de um reitor (ALBERTO, 2003). Nos anos 1930, o tema das universidades ganhou espaço no governo de Getúlio Vargas a partir da criação da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro. Mas, o Brasil só viveu significativos momentos de expansão do ensino superior federal nas décadas de 1950/1960 e, mais recentemente, nos anos 2000/2012 (ALBERTO, 2008).

⁶ Existe um forte consenso entre os historiadores de que as Universidades de Bolonha, Paris e Oxford são as mais antigas universidades da Europa.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DO ENSINO SUPERIOR EM JUIZ DE FORA

A história do ensino superior em Juiz de Fora pode ser contada a partir de alguns marcos temporais. Conforme explicitados nesta seção, suas origens em Juiz de Fora se relacionam com a formação do Granbery e da Academia de Comércio, abrangendo um período que vai do final do século XIX ao início do século XX. A partir de 1913, pode-se verificar uma época em que as instituições de ensino superior se desvincularam das instituições religiosas.

Na década de 1930, assiste-se a um cenário de expansão do ensino superior em Juiz de Fora. Essa expansão pode ser compreendida a partir de três grandes períodos, a saber: de 1931 a 1960, de 1961 a 2000 e de 2001 a 2017.

2.1 AS ORIGENS DO ENSINO SUPERIOR NO GRANBERY E NA ACADEMIA DE COMÉRCIO – 1890 A 1913/1914

No início do século XIX a economia da região da Zona da Mata Mineira baseava-se na cafeicultura, o que trouxe prestígio econômico, político e social para uma determinada “elite aristocrática” da cidade permitindo a diversificação de seus investimentos. Nesse período, duas instituições de ensino na cidade se destacam por representarem ações das elites locais em favor de um novo perfil para a educação em todos os níveis, são elas: o Granbery, criado em 1890, e a Academia de Comércio, de 1894 (MARTINS, 2013).

O Granbery oferecia inicialmente os cursos elementar e ginásial além do teológico. As aulas eram ministradas pelos missionários e também por professores leigos. Os missionários do Granbery guardavam o propósito de fundar uma Universidade Metodista. Assim, em meados de 1904, foram criados os primeiros cursos superiores em Juiz de Fora: o curso de Odontologia e o curso de Farmácia. Em 1911, o Granbery também criou a Escola de Direito. Uma série de fatores internos levou à ruptura entre os professores da Escola de Farmácia e Odontologia e a direção do Granbery. Nesse contexto, os professores dessa Escola criaram a Escola de Direito de Juiz de Fora, em 1913, e a Escola de Farmácia e Odontologia se tornou independente em 1914 (YASBECK, 1999).

A Sociedade Anônima Academia de Comércio foi oficialmente fundada em 1891. Essa instituição inovou ao oferecer um curso superior na área comercial, nos moldes do programa da Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris. Esse projeto foi idealizado por Francisco Batista de Oliveira. Em 1901, a Instituição foi doada à *Sociedade Verbo Divino*. O fundador da Congregação do Verbo Divino, Pe. Arnaldo Janssen e a Congregação Católica também nutriam o sonho de formar uma Universidade. Em 1909, foi criado o Instituto Politécnico, disponibilizando para o mercado de trabalho, em 1912, os primeiros engenheiros de obras públicas e eletricitas. Em 1914, a Academia de Comércio viveu uma crise que levou ao desligamento de um grupo de professores do Instituto Politécnico da Congregação. Esses professores fundaram a Escola de Engenharia de Juiz de Fora, fazendo com que a Academia encerrasse as atividades do curso Politécnico (MARTINS, 2013).

2.2 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DESVINCULADAS DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS – 1913 A 1930

Em 1915, entra em vigor a Reforma educacional Carlos Maximiliano, que proibia o funcionamento de cursos de Direito em cidades com menos de 100 mil habitantes. Com esse decreto, em Juiz de Fora foram extintas, de uma só vez, a Escola de Direito do Granbery e a Escola de Direito de Juiz de Fora, pois a cidade nesse período possuía uma população em torno de 30 mil habitantes (YASBECK, 1999).

Após o desligamento do Granbery e após o decreto da Reforma Carlos Maximiliano, a Escola de Farmácia e Odontologia passou por grandes reformulações até ser equiparada à mesma instituição da cidade do Rio de Janeiro. Essa escola sofreu adversidades financeiras em seu percurso e algumas medidas foram tomadas na tentativa de sanar esses problemas, uma delas foi a criação do curso de Medicina Veterinária, em 1924, que funcionou até 1937. Durante todo seu período de atividade, suas aulas foram ministradas no mesmo edifício da Escola de Farmácia e Odontologia, na Rua Direita (atual Avenida Rio Branco), nº 76. A Escola de Farmácia e Odontologia, no ano de 1929, se transferiu para um edifício cedido pelo Estado de Minas, situado na Rua Espírito Santo, nº 739, e lá permaneceu até os anos de 1990 (YASBECK, 1999).

A Escola de Engenharia de Juiz de Fora fundada em 1914 e teve seu primeiro endereço na Rua Halfeld, nº 175-A. No ano seguinte mudou-se para a Av. Rio Branco, nº 1959, onde se fixa até 1918, e nesse mesmo ano se transfere para outro imóvel na Av. Rio Branco, nº 2040, onde permanece até 1959. Em 1960, se muda para sua sede própria, na Rua Visconde de Mauá, nº 300. Essa escola também passou por reformulações para atender às exigências da Reforma Carlos Maximiliano, de 1915, por meio da qual se obtém o reconhecimento de seus cursos, permitindo também receber verbas públicas (YASBECK, 1999; MARTINS, 2013).

3 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM JUIZ DE FORA – 1931 A 1960

A partir da década de 1930, todo o Estado de Minas Gerais sofre com a redução da indústria têxtil. No entanto, em Juiz de Fora, o perfil econômico da cidade foi se transformando lentamente e a participação do setor de serviços foi ampliada, o que impactou o crescimento da malha urbana. Nesse contexto, a qualidade dos espaços urbanos se tornou um tema fundamental de debates tanto nos meios profissionais quanto entre os leigos (ALBERTO, 2013).

No mesmo período, o ministro Francisco Campos promove a reforma educacional que permitiu a criação de institutos isolados de ensino superior, possibilitando as instituições de Juiz de Fora pleitearem apoio Federal. Nesse contexto, a Escola de Farmácia passou a ser chamada oficialmente de Faculdade de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora. O mesmo aconteceu com a Escola de Engenharia que passou a ser chamada de Faculdade e conquistou sua sede própria, em 1960, na Rua Visconde de Mauá, nº 300 (YASBECK, 1999; ENGENHARIA UFJF, 2018).

Essa reforma educacional também gerou uma significativa expansão do ensino superior na cidade. Antigos projetos de criação de Escolas de Ensino Superior são retomados. Em 1934, foi reaberta a Escola de Direito nas dependências da Escola de Engenharia, a qual no ano seguinte muda-se para a Rua Santo Antônio, nº 609, passando a ser denominada Faculdade de Direito de Juiz de Fora. Em 1938, foi assinado um acordo entre a sua diretoria e a diretoria do Granbery, passando a funcionar nas dependências do Granbery e doravante sendo denominada apenas Faculdade de Direito. Em 1942, foi reconhecida pelo MEC. Em 1950, foi federalizada pelo Estado de Minas Gerais, transferindo-se para sua sede própria, em 1952, na Rua Santo Antônio, nº 1112 (YASBECK, 1999).

A Escola de Medicina foi criada em 1935 e funcionou por dois anos nas dependências da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Em 1952, dissidentes dessa Escola se reúnem para recriar a Faculdade de Medicina de Juiz de Fora, já contando com apoio financeiro dos Governos Federal, Estadual e Municipal. A Faculdade se fixou em um imóvel cedido pela Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, situado no atual Bairro de Santa Catarina, na Rua Catulo Brevigliere. Em 1954, o imóvel foi adquirido pela faculdade e, em 1955, ela foi oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC (MEDICINA, 2018).

A Academia de Comércio colocou em andamento dois projetos: criou, em 1941, a Faculdade de Administração e Finanças. Posteriormente, por meio de um decreto governamental, a Faculdade de Administração e Finanças é reconhecida e passa a adquirir subvenções Federais que, juntamente com o aumento do número de matrículas, permitiu a aquisição de sua sede própria em 1952, na Av. Rio Branco, nº 3460 (YASBECK, 1999). Em 1944, a Academia criou também a Faculdade de Filosofia e Letras (FAFILE), instalando-se nas dependências da Escola Normal. No início de suas atividades, oferecia os cursos de Ciências Sociais, Letras Clássicas e Letras Anglo-Germânicas. No decorrer de sua história, muitos outros cursos foram se incorporando a sua grade curricular, o que provocou a demanda de mais espaço para atender a suas necessidades. Em 1955, os cursos de Geografia e História funcionavam na Casa Pio XI. Seu reconhecimento pelo MEC ocorreu em 1951. Em 1957, foi aprovada a instalação do Ginásio de Aplicação para propiciar aos alunos a prática profissional, no entanto, a falta de espaço físico e a instabilidade financeira da FAFILE fizeram com que sua concretização se realizasse apenas no ano de 1965, com a inauguração do Ginásio João XXIII. Nesse mesmo ano, devido à carência de espaço na Escola Normal (a Fafile já ministrava sete cursos em 1965), a Fafile se transferiu para um imóvel emprestado pelo Prof. Joaquim R. de Oliveira, situado na Rua Brás Bernardino, nº 123 (YASBECK, 1999).

O mapa a seguir mostra o panorama das faculdades na malha urbana da cidade desde 1890 até 1960, indicando a localização das instituições no ano que foram criadas. Pode-se observar que o centro da cidade e o bairro Granbery concentraram boa parte desses equipamentos, excetuando apenas o curso de Medicina Veterinária do Granbery, que foi localizado em uma área menos urbanizada.

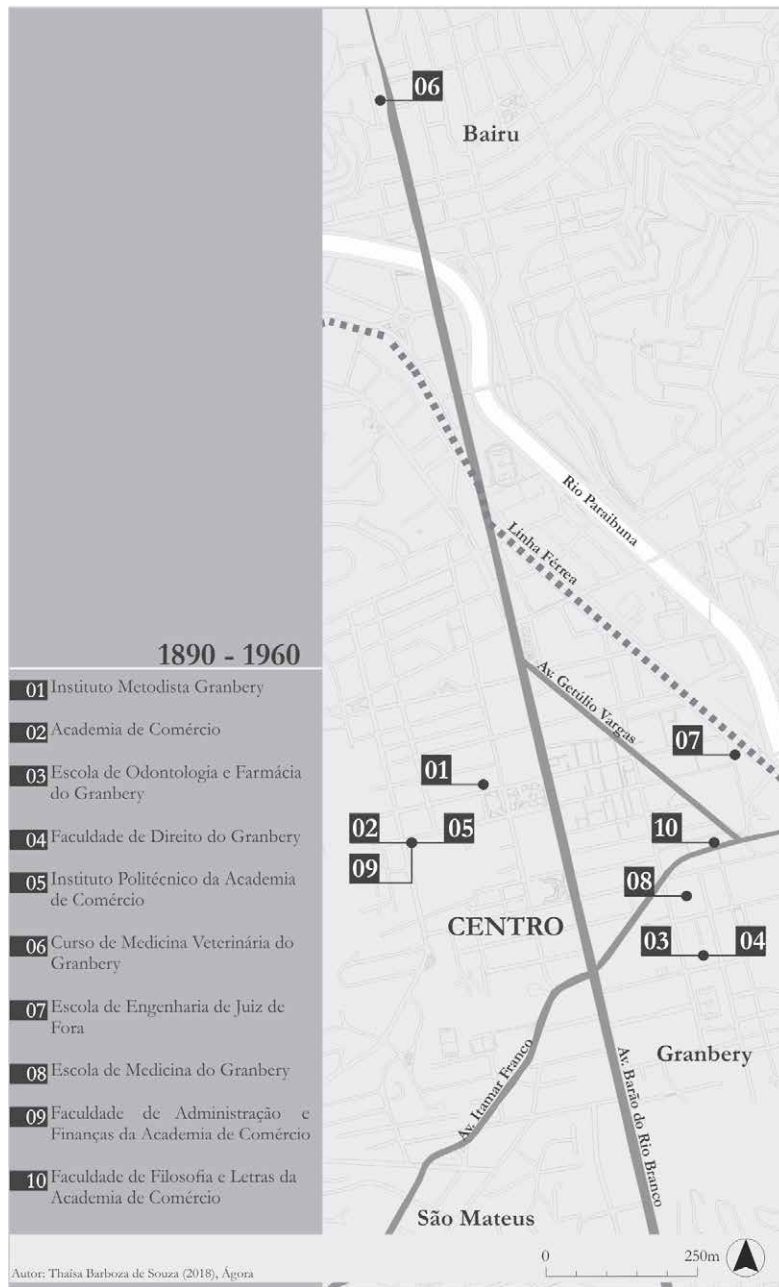


Figura 5.1 | Mapa das faculdades na cidade 1890/1960.

Fonte: Desenho de Tháisa Barboza de Souza sobre base de dados do arquivo digital da PJJ de 2007.

4 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM JUIZ DE FORA – 1961 A 2000

No primeiro momento de expansão do ensino superior vivido no Brasil, na década de 1960, a grande maioria das universidades foram criadas nas capitais dos estados brasileiros. Juiz de Fora foi a segunda cidade do interior do país a ser beneficiada com uma universidade federal durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. Na década seguinte, foi implantado seu *campus*, projetado pelo engenheiro Arthur Arcuri.

A instituição foi formada a partir da congregação de estabelecimentos de ensino superior da cidade, reconhecidos e federalizados. As faculdades que se agregaram nessa formação foram as de Medicina, Engenharia, Ciências Econômicas, Direito, Farmácia e Odontologia, formando os primeiros cursos oferecidos pela UFJF. Após um curto período foram vinculados os cursos de Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais e História, oriundos da Fafie (UFJF, 2018).

A partir dos anos 1950, com o fim do Estado Novo, gradativamente novas ideias na área da educação foram se fortalecendo, enquanto o período industrial se tornou acentuado exigindo cada vez mais uma mão de obra especializada. Nesse contexto, a procura pelo ensino superior crescia abruptamente no mundo e o Brasil acompanhou esse crescimento. Em Juiz de Fora, mesmo com a federalização das faculdades existentes, ainda foram criadas novas faculdades particulares, segundo a cronologia abaixo:

- 1969 – Faculdade Machado Sobrinho inicia suas atividades com o curso de Administração e, em 1974, inicia o curso de Ciências Contábeis. A partir do segundo semestre de 1988, muda-se da Rua Dr. Constantino Paleta, nº 203 para a Unidade Cruzeiro do Sul, localizada na Rua Pedro Celeste s/nº no alto do Bairro Cruzeiro do sul.

- 1970 – O Instituto Vianna Junior inicia as atividades de sua Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Vianna Júnior.

- 1972 – a Congregação do Verbo Divino criou o Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – CES/JF, oferecendo, inicialmente, os cursos no período noturno de Pedagogia, Psicologia, Letras, Estudos Sociais, Ciências e Artes Industriais, reconhecidos entre 1975 e 1978 na unidade Academia de Comércio, situada na Rua Halfeld, nº 1179, Centro. Em 2001, inicia o curso de licenciatura em Filosofia e, em 2002, inicia o curso de licenciatura em Teologia.

- 1996 – a UNIPAC inicia suas atividades com a criação da Faculdade de Ciências Contábeis à Rua Dr. José Cesário, nº 175, no Bairro Alto dos Passos. No ano 2000, foi construída sua sede própria no Bairro Granjas Bethânia, situada na Av. Juiz de Fora, nº 110.

5 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM JUIZ DE FORA – 2001 A 2017

Depois da expansão das instituições de ensino superior ocorrida na década de 1960, outro grande momento de expansão do ensino superior público no Brasil iniciou-se a partir do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1999/2002) e seguiu durante os dois mandatos do governo Lula entre os anos 2003 e 2010.

Segundo Schwartzman (2015), nos anos 2000 foram registrados no mundo cerca de 100 milhões de alunos matriculados no ensino superior, e em 2011 registrou-se um total de 190 milhões de matrículas. Portanto, verifica-se que o número de alunos matriculados dobrou em pouco mais de 10 anos. No Brasil, entre 1960 e 1980, o número de matrículas passou de 13 para 113 por 10.000 habitantes. Já entre 1980 e 2000, subiu novamente passando para 158 por 10.000 habitantes e, em 2010, registrou-se um total de 285 matrículas por 10.000 habitantes. Portanto verifica-se que nessa

última década houve um aumento significativo de matrículas, acompanhando o movimento mundial de crescimento do acesso ao ensino superior (MEC, 1972; INEP, 1999; 2015).

Nesse contexto, em Juiz de Fora, pode ser observado tanto a instalação de novas faculdades quanto suas expansões, especialmente até meados da década de 2000. Em 2002, o Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora revitaliza a residência Íris Martins Villela, local de valor histórico situado na Av. Barão do Rio Branco, nº 3520, para abrigar uma nova faculdade de fonoaudiologia. Em 2005, abre os Cursos de Engenharia de Telecomunicações, Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda) e de Arquitetura e Urbanismo em um novo *campus*, denominado Arnaldo Janssen, situado na Rua Luz Interior, nº 345, Bairro Estrela Sul. O escritório responsável pelo projeto foi o GF & B Arquitetos (CES, 2018).

Ainda em 2002, a Faculdade Estácio de Sá instala-se na Avenida Brasil, nº 6955, no Bairro Mariano Procópio, em um espaço adaptado para seu funcionamento. No ano seguinte, transfere-se para sua sede própria, denominada *Campus* Rio Branco, situado na Av. Pres. João Goulart, nº 600, no Bairro Cruzeiro do Sul. Em 2015, a instituição já havia aumentado o número de cursos oferecidos e alcança o credenciamento do MEC para atuar como Centro Universitário Estácio de Sá. Nesse mesmo ano, inaugura o *Campus* Zona Norte, localizado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 4795, no Bairro Nova Era e amplia a oferta de cursos, como os de Direito, Administração, Pedagogia, Engenharia Civil e de Produção. Atualmente a instituição oferece 19 cursos (ESTÁCIO, 2018).

A SUPREMA (Sociedade Universitária para o Ensino Médico Assistencial) também iniciou suas atividades em 2002, situada na Alameda Salvaterra nº 200, Bairro Salvaterra, oferecendo ampla gama de cursos na área de saúde, integrada, por meio de convênio, com o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (SUPREMA, 2018).

No ano seguinte, em 2003, foram instaladas em Juiz de Fora a UNIVERSO, a FACSUM (Faculdade do Sudeste Mineiro) e a Doctum. A primeira foi instalada em um imóvel remanescente da imigração alemã, situado na Av. dos Andradas, nº 731, Bairro Jardim Glória. A segunda inicia suas atividades na área central da cidade, na Rua Santo Antônio, nº 1130, sendo transferida, em 2007, para o Ed. Saint Pietro, na Av. Presidente Itamar Franco, nº 3180, no Bairro São Mateus. Por fim, a Doctum inicia suas atividades nas dependências do colégio Stella Matutina, situado na Av. Presidente Itamar Franco, nº 905, oferecendo o curso de Direito. Em 2012, se transfere para sua sede própria construída em terreno anexo à antiga escola Dom Orione, no Bairro Dom Bosco, projetado pelo escritório Sylvio Enrich de Podestá Arquitetos Associados. A Doctum passa a ofertar os cursos de Engenharia Civil, Elétrica, de Produção e Ambiental (UNIVERSO, 2018; FACSUM, 2018; DOCTUM, 2018).

Nesse período, também houve a expansão do ensino superior público. Após a criação, em 2008, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais a partir da união do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba (Cefet-RP), da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena e do Colégio Técnico Universitário (CTU) da UFJF, foram oferecidos, a partir de 2009, cursos de graduação em sua sede na Rua Bernardo Mascarenhas, nº 1283, no Bairro Fábrica.

No mapa seguinte, percebe-se a implantação das instituições de ensino superior na malha urbana da cidade entre os anos de 1961 e 2017, indicando a localização dessas instituições no ano que foram criadas.

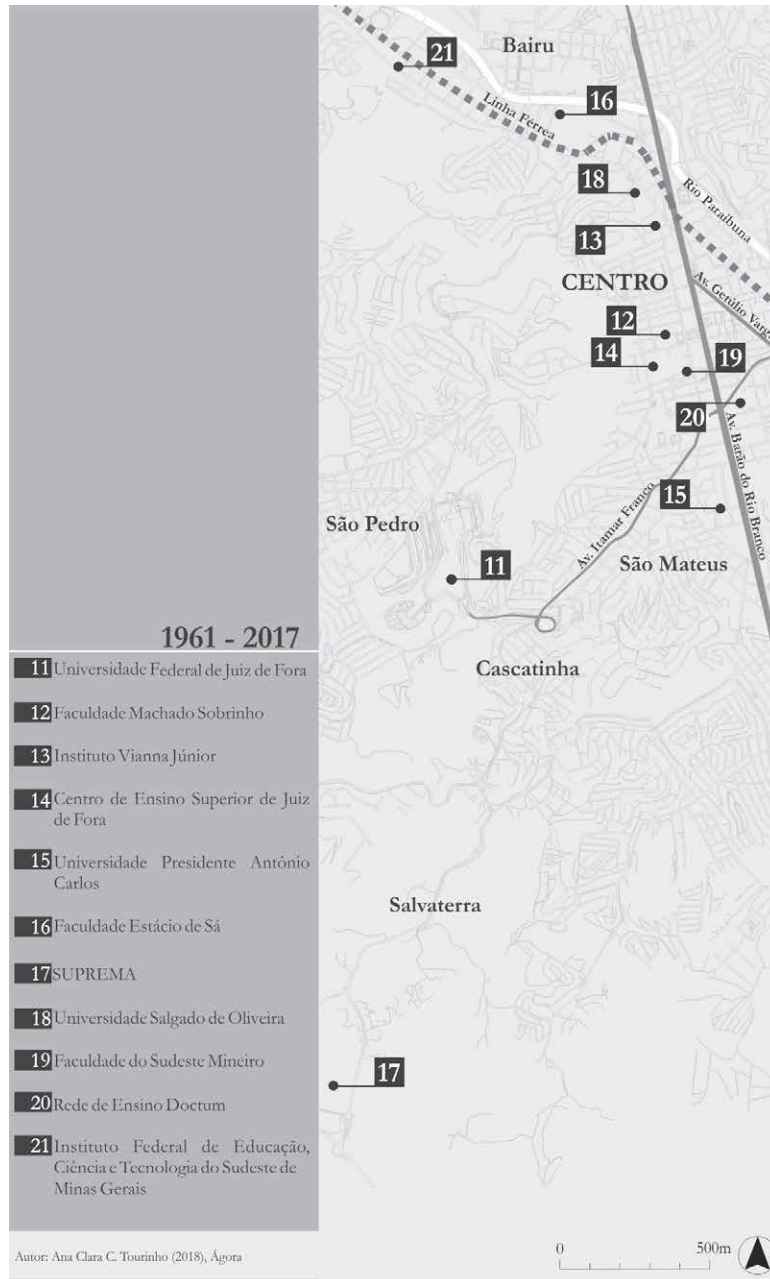


Figura 5.2 | Mapa das faculdades na cidade 1961/2017.

Fonte: Desenho de Ana Clara C. Tourinho sobre base de dados do arquivo digital da PJF de 2007.

6 CAMPUS UNIVERSITÁRIO – UM CONCEITO MUTANTE

Até a virada do século XX para o XXI, o conceito *campus* representava a imagem de uma universidade-parque composta por uma grande área verde livre pontuada por edifícios acadêmicos.

O *campus* da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) contribuiu para moldar essa noção em Juiz de Fora, pois sua estrutura física se aproxima de um modelo difundido no Brasil principalmente a partir dos anos 1960 e 1970 (SOUZA, 2015).

Nesta seção, será feita uma análise de dois dos novos espaços universitários de Juiz de Fora (criados a partir dos anos 2000), o *campus* Arnaldo Janssen do CES/JF e o *campus* Dom Orione da Rede Doctum, a partir de uma comparação com o *campus* da UFJF. O principal objetivo é compreender como a noção de *campi* foi interpretada em Juiz de Fora em dois momentos importantes da expansão universitária no Brasil: os anos 1960/1970 e os anos 2000. Destaca-se que essa análise se restringe aos projetos iniciais de implantação desses *campi*, o que nem sempre corresponde ao que já foi contruído até o momento. A análise desses primeiros momentos de planejamento permite compreender os ideais que guiaram a estruturação desses espaços universitários.

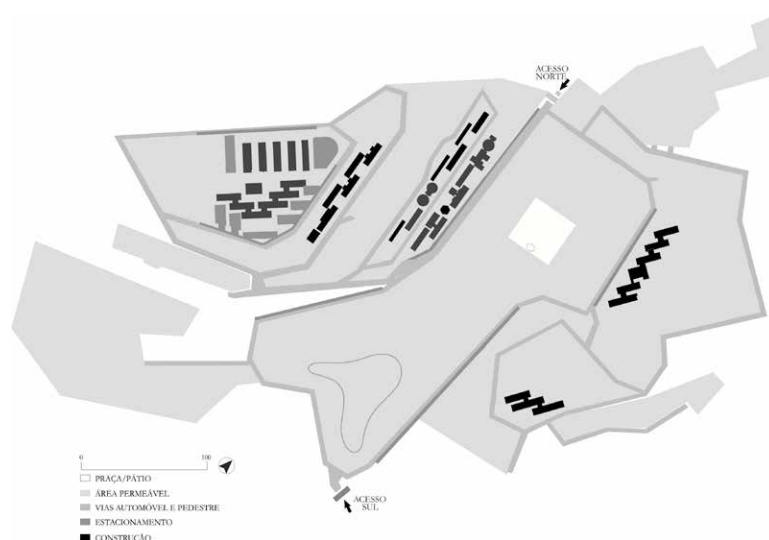


Figura 5.3 | UFJF – Implantação do *Campus* da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Fonte: Desenho de Ana Clara C. Tourinho sobre base de dados do arquivo da Proinfra/UFJF.

6.1 ÁREAS E DISTÂNCIA DO CENTRO

Os três *campi* foram implantados em áreas mais afastadas do centro da cidade. O *campus* da UFJF a 4,6 km do centro, o CES/JF a 3,4 km e o da Doctum a 3,9 km⁷. Percebe-se, no entanto, que em relação à expansão da malha urbana, pode-se considerar que os *campi* do CES e da Doctum foram posicionados muito mais próximos da área central da cidade do que a UFJF, pois quando esta foi implantada nos anos 1960/1970, praticamente, não havia malha urbana limítrofe. Também há um grande contraste entre as áreas do *campus* da UFJF, iniciado com 1.300.000 m², com o *campus* Arnaldo Janssen, que conta com 33.560,72 m², e o *campus* Dom Orione, que conta com 72.020 m². Essa redução da área dos *campi* é relevante, pois verifica-se um abandono do ideal da noção de um

⁷ Para esse cálculo foram medidas as distâncias a partir do Parque Halfeld até a biblioteca da UFJF e a entrada principal dos outros *campi*.

campus universitário como um parque. De outro modo, também se percebe uma redução do escopo acadêmico dos cursos oferecidos nos *campi* recentes em relação aos *campi* de meados do século XX.



Figura 5.4 | CES – *Campus Arnaldo Janssen*.

Fonte: Foto de Mara Medina, 2018.

6.2 IMPLANTAÇÃO

Um dos princípios do planejamento dos espaços universitários na década de 1960/1970 foi a criação de um anel viário para os automóveis localizados em torno das áreas acadêmicas. Essa estratégia permitia a implantação de blocos acadêmicos isolados uns dos outros garantindo grandes áreas livres para a circulação e convívio dos pedestres. Essas pequenas ilhas favorecem um contato da comunidade acadêmica em diferentes setores. Para permitir uma integração mais ampla de toda universidade eram criadas praças centrais, em grande escala, normalmente acompanhada de edifícios de uso coletivo, como as bibliotecas universitárias. No *campus* da UFJF, esse ideal foi reproduzido nas diversas plataformas e no anel viário central.

Os *campi* do CES e da Doctum adotam de maneira distinta e em escala reduzida, partes desse modelo. No *campus Arnaldo Janssen*, os edifícios são implantados em blocos separados, com funções acadêmicas distintas. Essa implantação em blocos permitiu uma setorização bem definida das atividades acadêmicas dos cursos de graduação oferecidos. As atividades administrativas, de pós-graduação, a biblioteca, o teatro e o anfiteatro também se localizam em edifícios independentes. O *campus* se desenvolve ao longo de uma rua central que separa a implantação dos edifícios acadêmicos e os conecta com a biblioteca e o estacionamento ao fundo do terreno. Essa configuração viária contrasta com a separação entre pedestres e automóveis desenvolvida no *campus* da UFJF. No entanto, as áreas de convívio, nessa implantação em blocos separados, simulam a setorização espacial das plataformas do *campus* da UFJF. No CES, essas áreas estão dispostas na área interna e na frente dos edifícios acadêmicos. Por outro lado, parte da noção de uma praça central, presente nos *campi* dos anos 1960/1970, também foi reproduzida nesse *campus*, na medida em que há um amplo espaço de convívio em frente à biblioteca do *campus* equipada com um auditório.

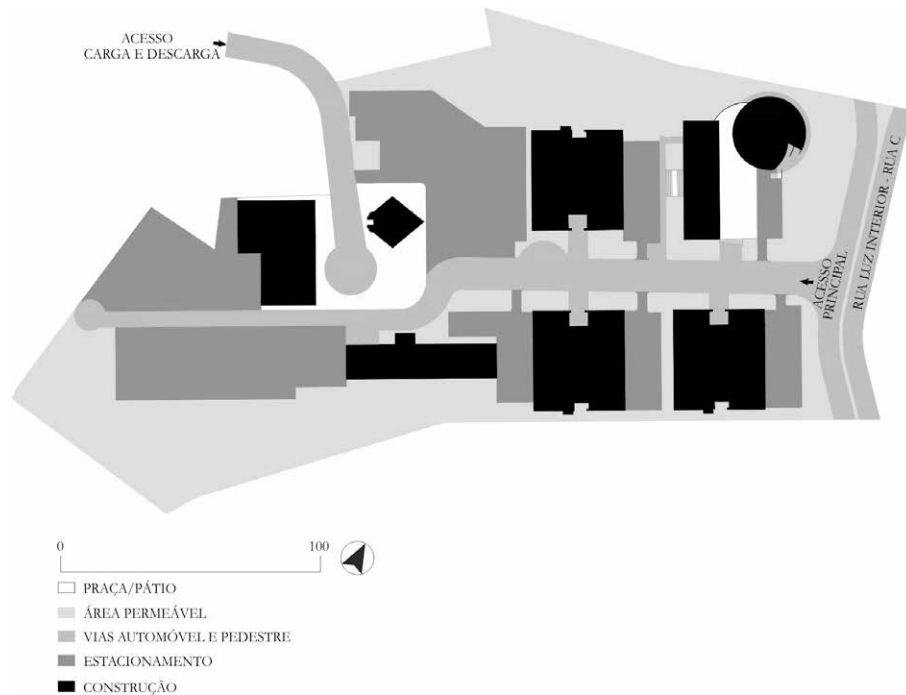


Figura 5.5 | CES – Implantação *Campus Arnaldo Janssen*.

Fonte: Desenho de Tháisa Barboza de Souza sobre original de GF & B Arquitetos, 2017.

O projeto do *campus* da Doctum, em contraposição, dispõe os estacionamentos na frente e nas laterais do terreno, liberando uma área central para a área acadêmica. Assim, há uma clara distinção entre as áreas de circulação dos automóveis e dos pedestres. Diferente do *campus* do CES, sua implantação se faz por meio de um edifício único, que comporta toda a estrutura necessária ao desenvolvimento de suas atividades. Nesse modelo, as atividades de ensino, como salas de aula, laboratórios, biblioteca, as funções administrativas e dimâmicas de convívio dos diversos cursos não são rigidamente setorizadas. São compartilhadas espacialmente na mesma estrutura física, gerando um contato estreito com a comunidade acadêmica. Há ainda uma área de convívio externa que amplia o espaço dessa atividade para além do edifício principal.



Figura 5.6 | DOCTUM – *Campus Dom Orione*.

Fonte: Foto de Mara Medina, 2018.

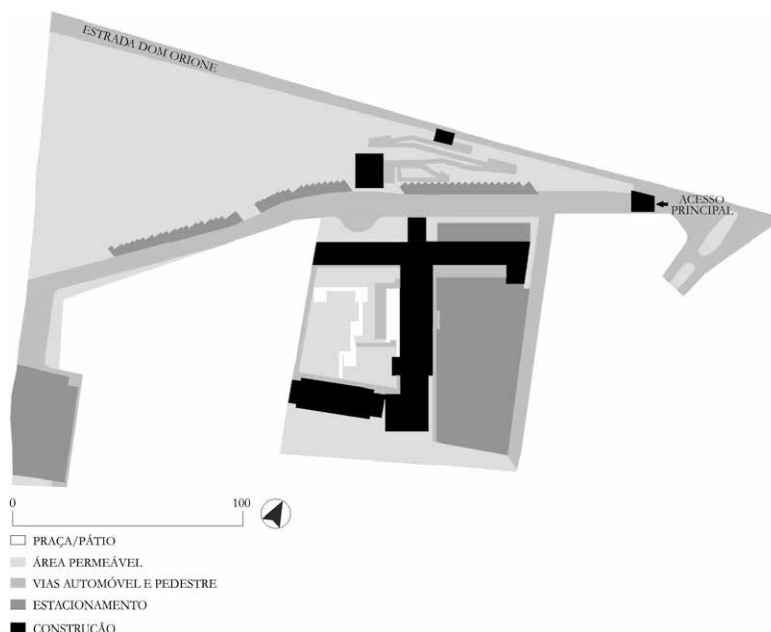


Figura 5.7 | DOCTUM – Implantação *Campus* Dom Orião.

Fonte: Desenho de Thaísa Barboza de Souza sobre original de Sylvio Enrich de Podestá Arquitetos Associados, [s.d.].

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos espaços universitários em Juiz de Fora iniciou-se de forma dispersa na cidade, constituída por uma série de faculdades isoladas localizadas nas áreas centrais da cidade. Uma grande mudança desse panorama ocorreu em 1960 com a criação da UFJF e, principalmente, na década seguinte com a inauguração de seu *campus*, que permitiu a concentração de boa parte dos cursos existentes na cidade. Mesmo assim, a partir dessa década, foram criadas novas instituições particulares de ensino superior, seguindo a lógica de implantação nas áreas centrais da cidade para facilitar o acesso dos estudantes. Somente a partir dos anos 2000, essas instituições privadas investem mais enfaticamente na criação de seus *campi*. Esse investimento decorre de um novo modelo de expansão universitária focado na criação de diversos cursos simultâneos que criam a demanda por espaços de maior porte.

No entanto, nesse contexto, percebe-se que a noção de “*campus*”⁸ tal como era compreendida nas décadas de 1960/1970 foi desestabilizada. Agora o termo *campus* passou a ser utilizado tanto para equipamentos universitários implantados em áreas reduzidas, como nos *campi* do CES e da Rede Doctum aqui analisadas quanto para edificações isoladas de pequeno porte implantadas na área central da cidade. Esses novos *campi* aqui analisados diferenciam-se pelo território universitário mais comprimido, com poucas áreas verdes livres, pela variação da estrutura viária e pela configuração espacial que permite o máximo de flexibilidade de uso e ocupação de suas instalações.

⁸ Rudolph Atcon, Grego naturalizado Norte-Americano, prestou consultoria a muitas universidades na América Latina, América Central e Europa, definiu *Campus* como “um local geográfico que reúne todas as atividades de uma universidade e as integra de uma maneira mais econômica e funcional num serviço acadêmico-científico” (ATCON, 1970 p. 8).

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Klaus Chaves. *Formalizando o ensino superior na década de 1960: a cidade universitária da UnB e seu projeto urbanístico*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ALBERTO, Klaus Chaves. *Três projetos para uma universidade do Brasil*. 2003. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ALBERTO, Klaus Chaves; INHAN, Gabriela. A trajetória do engenheiro Lourenço Baeta Neves em Juiz de Fora. *URBANA*. Campinas, v. 5, n. 7, p. 47-63, out., 2013.

ATCON, Rudolph P. *Manual para o planejamento integral do campus universitário*. Rio de Janeiro: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1970.

CAMPOS, Ernesto de Souza. *Educação Superior no Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE JUIZ DE FORA. *Institucional*. Sobre o CES. Disponível em: <http://www.cesjf.br/institucional/sobre-o-ces-jf.html>. Acesso em: 10 abr. 2018.

DOCTUM. *História*. Disponível em: <http://www.doctum.edu.br/quem-somos/historia/>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ENGENHARIA UFJF. *História*. Disponível em: www.ufjf.br/engenharia/institucional/historia/. Acesso em: 9 abr. 2018.

ESTÁCIO. *Quem somos*. Disponível em: <http://portal.estacio.br/quem-somos/historia/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

FACSUM. *Institucional*. Disponível em: <http://www.suafaculdade.com.br/facsum/instituto/institucional.asp>. Acesso em: 15 abr. 2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Evolução do Ensino Superior – Graduação 1980-1998*. Brasília: INEP, 1999. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf. Acesso em: 15 mar. 2017.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Sinopse Estatística da Educação Superior*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 15 mar. 2017.

MARTINS, Anna Elisa. *PARTEC: O primeiro parque científico e tecnológico de Juiz de Fora e região*. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

MEC – Ministério da Educação e Cultura. *Estatísticas da Educação Nacional 1960-71*. Rio de Janeiro: s.n., 1972.

MEDICINA. *Histórico*. Disponível em: <http://www.ufjf.br/medicina/institucional/historico/>. Acesso em: 9 abr. 2018.

RIBEIRO, André. *Campi universitários: desenvolvimento de suas estruturas espaciais*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. Demanda e políticas públicas para o ensino superior nos BRICS. *Caderno CRH*, Salvador, v.28, n.74, p. 267-290, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000200267&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 out. 2017.

SOUZA, Gabriela I. *Rudolph Atcon, entre o educacional e o urbanístico na definição de diretrizes para campi universitários no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

SUPREMA. *Histórico*. Disponível em: <http://www.suprema.edu.br/2016/faculdade/historico/historico.php>. Acesso em: 10 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. *História*. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/historia/>. Acesso em: 9 abr. 2018.

UNIVERSO. *Histórico*. Disponível em: <https://universo.edu.br/a-universo/historico/>. Acesso em: 13 abr. 2018.

YAZBECK, Lola. *As origens da Universidade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1999.

SOBRE OS AUTORES

ANA CLARA CARVALHO TOURINHO - *ana.tourinho@arquitetura.ufff.br*

Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFJF). Mestranda em Ambiente Construído (PROAC/UFJF).

ANTONIO COLCHETE FILHO - *arqfilho2@globo.com*

Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFRJ). Especialista em Planejamento e Uso do Solo Urbano (IPPUR/UFRJ) e em Sociologia Urbana (IFCH/UERJ). Mestre em Urbanismo (PROURB/UFRJ). Doutor em Ciências Sociais (PPCIS/UERJ). Pós-Doutor em Arquitetura (UTL, Portugal), em Urbanismo (PROURB/UFRJ) e em Paisagismo (MPAP/UFRJ). Professor Titular do Departamento de Projeto, História e Teoria, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído (PROAC/UFJF) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP/UFJF).

CHRISTIANE MERHY GATTO - *chrimerhy@gmail.com*

Graduada em Engenharia Civil e em Arquitetura e Urbanismo (UFJF). Especialista em Planejamento e Gestão Social (UFJF). Mestra em Ambiente Construído (UFJF).

FREDERICO BRAIDA - *frederico.braida@ufff.edu.br*

Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFJF). Especialista em Moda, Cultura de Moda e Arte (IAD/UFJF). Mestre em Urbanismo (PROURB/UFRJ). Mestre, Doutor e Pós-Doutor em Design (DAD/PUC-Rio). Pós-Doutorando em Matemática (PROFMAT/UTFPR-Toledo). Professor Adjunto do Departamento de Projeto, Representação e Tecnologia, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído (PROAC/UFJF) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP/UFJF). Atualmente realiza um acordo de colaboração técnica, atuando como professor do Curso de Engenharia Civil (UTFPR-Toledo).

GUILHERME RAGONE - *guilhermeragone@hotmail.com*

Graduado em Arquitetura e Urbanismo (CES-JF). Especialista em Gerenciamento de Projetos (PUC-MG). Mestre em Ambiente Construído (PROAC/UFJF). Doutorando em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFF).

JOSÉ GUSTAVO FRANCIS ABDALLA - *gustavo.francis@ufff.edu.br*

Graduado em Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFRJ). Mestre e Doutor em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ). Pós-Doutor em Design (University of Salford, Inglaterra). Professor Titular do Departamento de Projeto, História e Teoria da Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído (PROAC/UFJF).

JULIANA SIMILI DE OLIVEIRA - *juliana.simili@arquitetura.ufff.br*

Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFJF). Especialista em Arquitetura de Interiores (FAU/UFJF). Mestre em Ambiente Construído (PROAC/UFJF). Doutora em Arquitetura (PROARQ/UFRJ). Professora Adjunta A do Departamento de Projeto, Representação e Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF.

KLAUS CHAVES ALBERTO - *klaus.alberto@ufff.edu.br*

Graduado em Arquitetura e Urbanismo (UFJF). Mestre e Doutor em Urbanismo (PROURB/UFRJ). Pós-Doutor em Arquitetura (Universidade Columbia, EUA). Professor Associado do Departamento de Projeto, Representação e Tecnologia, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído (PROAC/UFJF).

MARA MEDINA BASTOS - *mara.arq2013@gmail.com*

Graduada em Arquitetura e Urbanismo (CES-JF). Especialista em Gerenciamento de Projetos (PUC-MG). Mestra em Ambiente Construído (PROAC/UFJF).

MARIANE GARCIA UNANUE - *mariane.unanue@ufff.edu.br*

Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFJF). Especialista em Marketing e Negócios (FAAC/UFJF). Mestra em Memória Social (PPGMS/UNIRIO). Doutora em Arquitetura (PROARQ/UFRJ). Professora Adjunta do Departamento Projeto, História e Teoria da Arquitetura e do Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFJF. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído (PROAC/UFJF).

THAÍSA BARBOZA DE SOUZA - *thaisab.souza@hotmail.com*

Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFJF). Mestranda em Ambiente Construído (PROAC/UFJF).